

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE MESTRADO PROFISSIONAL EM
EDUCAÇÃO**

SHELLEN DE LIMA MATIAZZI

**PRODUTO EDUCACIONAL: INFÂNCIAS, AVALIAÇÃO E OS CONTEXTOS DE
VIDA DE CRIANÇAS EM SITUAÇÃO DE POBREZA E EXTREMA POBREZA**

**VITÓRIA
2020**

SHELLEN DE LIMA MATIAZZI

**PRODUTO EDUCACIONAL: INFÂNCIAS, AVALIAÇÃO E OS CONTEXTOS DE
VIDA DE CRIANÇAS EM SITUAÇÃO DE POBREZA E EXTREMA POBREZA**

Produto Educacional como parte integrante da dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação de Mestrado Profissional em Educação do Centro de Educação da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito para obtenção do título de Mestra em Educação.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Renata Duarte Simões

**VITÓRIA
2020**

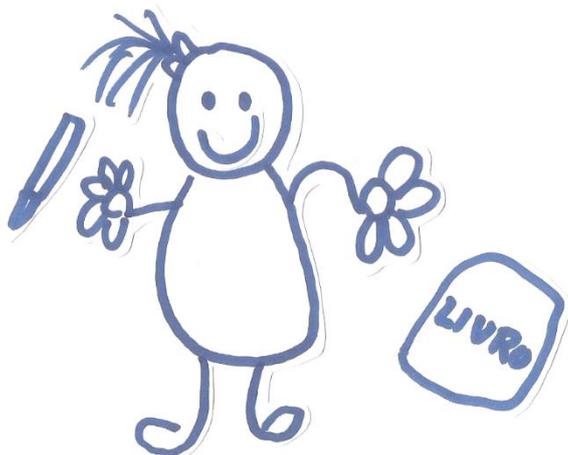
Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de
Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

M433p Matiazzi, Shellen de Lima, 1988-
Produto Educacional: Infâncias, Avaliação e os Contextos de
vida de crianças em situação de pobreza e extrema pobreza /
Shellen de Lima Matiazzi. - 2020.
56 f. : il.

Orientadora: Renata Duarte Simões.
Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) -
Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Educação.

1. Pobreza. 2. Infâncias. 3. Avaliação da Aprendizagem na
Educação Infantil. 4. Territórios. 5. Práticas Educativas
avaliativas. I. Simões, Renata Duarte. II. Universidade Federal
do Espírito Santo. Centro de Educação. III. Título.

CDU: 37



Não há transição que não implique um ponto de partida, um processo e um ponto de chegada. Todo amanhã se cria num ontem, através de um hoje. De modo que nosso futuro se baseia num passado e se corporifica num presente. Temos que saber o que fomos e o que somos, para saber o que seremos.

Paulo Freire, 1979.

O CURSO DE EXTENSÃO E A MATERIALIZAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL “INFÂNCIAS, AVALIAÇÃO E OS CONTEXTOS DE VIDA DE CRIANÇAS EM SITUAÇÃO DE POBREZA E EXTREMA POBREZA”

Apresento o Produto Educacional¹ desenvolvido como parte da pesquisa “A avaliação da aprendizagem na Educação Infantil e os contextos de vida de crianças empobrecidas na cidade de Vitória-ES”. Utilizando um formato dinâmico e didático, mostro os caminhos percorridos durante os encontros do Curso de Extensão: “Infâncias, avaliação e os contextos de vida de crianças em situação de pobreza e extrema pobreza”.

Assim, exponho a apresentação do curso, desde o processo de organização, divulgação e inscrição até a efetivação dos encontros e os mecanismos de comunicação utilizados. Posteriormente, sistematizo a apresentação dos encontros, nas sete unidades que compuseram o processo formativo, elencando temáticas, datas, profissionais convidados, ementa dos encontros, objetivos, metodologia utilizada, proposta avaliativa e textos de apoio utilizados como referências.

Também faço a indicação dos materiais que deram suporte aos encontros formativos, evidenciando livros, textos, imagens, sítios virtuais e *links* que foram utilizados durante a apresentação de cada temática, descrevendo as possibilidades que sua utilização permitiu durante o desenvolvimento do curso de extensão, fortalecendo os diálogos entre os participantes.

E finalmente, realizo algumas considerações sobre esse processo formativo, desenvolvido com os profissionais da educação infantil que atuam em Cmei da rede municipal de Vitória-ES e que muito contribuíram para o aprofundamento do debate sobre as práticas educativas-avaliativas e os contextos empobrecidos.

¹ Conforme estabelecido pelo PPGMPE/Ufes, o referido produto educacional também será disponibilizado de forma avulsa da dissertação, possibilitando diferentes profissionais o acesso, de forma mais sucinta, ao processo formativo realizado durante a pesquisa.

APRESENTAÇÃO

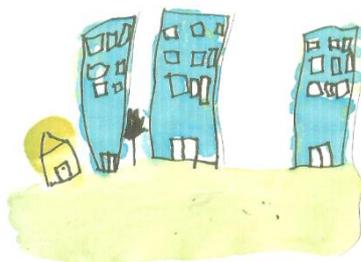
O curso de Extensão “Infâncias, avaliação e os contextos de vida de crianças em situação de pobreza e extrema pobreza” configurou-se como uma intervenção social, que é requisito do Programa de Pós-graduação em Mestrado Profissional em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGMPE/Ufes).

Esse curso buscou proporcionar ação formativa aos profissionais da educação que atuam na educação infantil da rede municipal de Vitória-ES, visando ampliar as discussões sobre os contextos de vida das crianças em situação de pobreza e extrema pobreza e suas implicações nos processos avaliativos nessa etapa da educação básica.

Dessa forma, apresento, de forma sistematizada, essa intervenção social, elencando o processo de desenvolvimento da proposta: convite, inscrição, encontros realizados, culminância das ações e referências.

O curso de extensão deu visibilidade à temática da educação, pobreza e desigualdade social, refletindo sobre os processos de aprendizado das crianças empobrecidas que estão matriculadas nos Centros Municipais de Educação Infantil (Cmei) de Vitória-ES e sobre o modo como as vivências da pobreza são pensadas, nas práticas educativas-avaliativas elaboradas pelos profissionais que atuam nesses contextos de pobreza e extrema pobreza.

Entende-se que essa proposta formativa se constituiu como uma contribuição para os profissionais da educação infantil, possibilitando que ampliem os conhecimentos sobre a relação entre Infância, Educação Infantil, Avaliação e os contextos de vida das crianças, com um viés para a reflexão da prática educativa-avaliativa e a consolidação de uma escola inclusiva para todos.



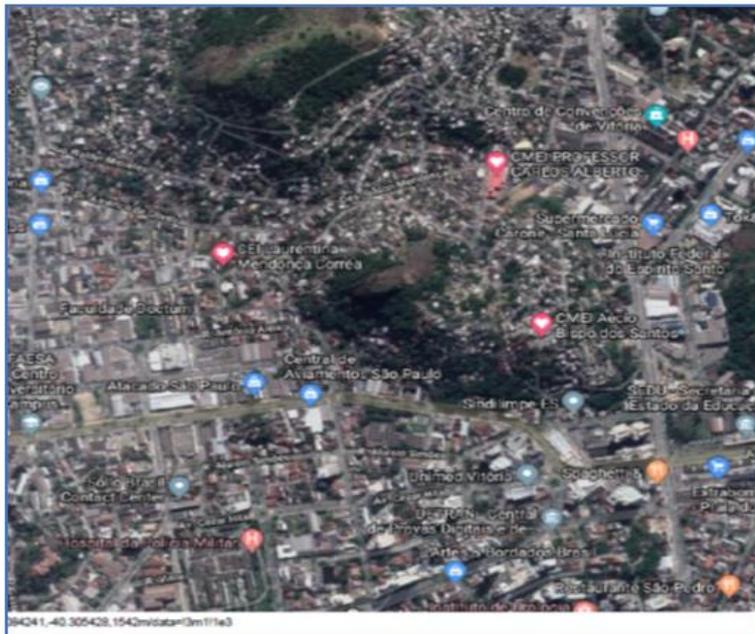
OBJETIVOS

- ✍ Proporcionar uma ação formativa aos profissionais da educação que atuam na educação infantil da rede municipal de Vitória, de modo a refletir sobre as concepções de Infância, Educação Infantil e Avaliação, considerando os contextos de vida das crianças empobrecidas;
- ✍ Identificar se/como as avaliações na educação infantil têm considerado os contextos de vida das crianças em situação de pobreza e extrema pobreza, assim como investigar como são compreendidas pelos profissionais nesta etapa da educação básica;
- ✍ Analisar as legislações vigentes, a fim de compreender os direitos garantidos às crianças empobrecidas;
- ✍ Desenvolver, durante a formação, atividades de reflexão sobre os relatórios avaliativos, que relacionem a discussão dos contextos de vida das crianças a partir de suas experiências singulares;
- ✍ Promover encontros para debates sobre a temática da educação, pobreza e desigualdade social enquanto resultado de processos históricos e sociais e seus impactos na vida dos sujeitos;
- ✍ Contribuir com pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Mestrado Profissional em Educação, que discute a infância, a Educação Infantil e a avaliação com um viés para a reflexão da prática educativa-avaliativa e a consolidação de uma escola inclusiva para todos.



DESENVOLVIMENTO DO CURSO

Durante o ano de 2019, no período de março a julho, foram realizados 7 encontros formativos com profissionais que atuam em 3 Centros Municipais de Educação Infantil (Cmei) da rede pública de ensino de Vitória – ES. A escolha por essas unidades de ensino se deu com base em levantamentos e formações realizadas pelas redes sócio assistenciais e pela Secretaria Municipal de Educação (Seme) em que, nas comunidades onde esses Cmei estão localizados, apresenta índice significativo de violência, violação de direitos e vulnerabilidade social de crianças e adolescentes, bem como famílias em situação de pobreza, atendidas por programas sociais.



Fotos: Autora, mar. 2019.

Nessas comunidades, foi identificado que:

Cmei	Famílias com renda de até R\$ 260	Famílias com renda de R\$ 261 a R\$ 780	Famílias com renda somente de programas sociais
ABS	7,41%	28,15%	16,30%
CAMS	5,75%	20,40%	14,94%
LMC	11,91%	17,35%	15,35%

Fonte: Sistema de Gestão Escolar – SGE/SEME/PMV, 2019.

DESENVOLVIMENTO DO CURSO

Objetivou-se o diálogo sobre a pluralidade das infâncias, levando em consideração os contextos de vida de crianças em situação de pobreza e extrema pobreza, de modo a fomentar reflexões sobre como as desigualdades sociais reverberam nos contextos escolares.

Assim, inicialmente realizei o convite às Unidades de Ensino, tecendo o diálogo com as Equipes Gestoras. Posteriormente, apresentei a proposta do Curso de Extensão aos profissionais em momentos de reunião nos CMEI, entregando um folder a cada profissional e elucidando o percurso formativo, a abordagem sobre as infâncias, a pobreza e as práticas avaliativas e as dúvidas relacionadas ao curso.



Este projeto de extensão objetiva oferecer formação a profissionais que atuam no contexto da Educação infantil na Rede Municipal de Vitória, estabelecendo um diálogo sobre a temática da educação infantil, da avaliação e dos contextos de vida das crianças em condição de pobreza e extrema pobreza.

É importante salientar que a proposta formativa será realizada como Curso de Extensão pela Pró-Reitoria da Universidade Federal do Espírito Santo, por meio do Departamento de Linguagem, Cultura e Educação – DLCE/ Centro de Educação sob orientação da professora Dra. Renata Duarte Simões.

O curso de formação será realizado durante o ano de 2019, na modalidade semipresencial, perfazendo uma carga horária de 80h. O início será no mês de março e a previsão de encerramento no mês de julho. Serão realizadas 7 encontros presenciais, sempre às quartas-feiras, totalizando 28h. As atividades não presenciais contabilizando 52h, realizadas via plataforma.

Para a certificação de participação na formação é necessária a frequência de 75% das atividades presenciais e 100% das atividades não-presenciais. Salientamos que a certificação será emitida pela Universidade Federal do Espírito Santo.

Data	Ação
1º Encontro 13/03/19	Ano Inaugural Então concepções, legislações e leituras: De que objetos estamos falando? Educação, pobreza e desigualdades sociais, de que falamos?
2º Encontro 03/04/19	
3º Encontro 24/04/19	Os contextos de vida das crianças: a relação com a pobreza e as desigualdades sociais
4º Encontro 13/05/19	Exatidão de documentos: "Minha casa, minha escola" um olhar sobre os territórios e as realidades
5º Encontro 01/06/19	Educação, pobreza e desigualdades sociais: qual sua relação com a avaliação?
6º Encontro 26/06/19	Avaliação na Educação infantil fazendo uma análise dos registros descritivos
7º Encontro 03/07/19	Relatos de Experiências dos professores participantes

O folder possibilitou aos profissionais conhecerem a organização do curso de extensão e a abordagem sobre a temática proposta "Infâncias, avaliação e os contextos de vida de crianças em situação de pobreza e extrema pobreza".



Foram 5 momentos com os profissionais destinados ao convite para a formação, nos turnos matutino e vespertino dos Cmei.

INSCRIÇÕES

Nas reuniões para o convite, apresentei uma listagem para os interessados registrarem o contato e, posteriormente, de um link para que efetivassem as inscrições. Expliquei, ainda, que a formação estaria aberta a todos os profissionais que atuam nos três CMEI elencados como participantes da pesquisa.

Assim, o link eletrônico solicitava aos interessados o cadastro das seguintes informações: Nome completo, endereço de e-mail, endereço residencial, número de telefone e CPF.

Foram realizadas **81 inscrições** de profissionais das três unidades de ensino, entre eles: professores, dinamizadores de arte e educação física, diretores, pedagogos, assistentes de educação infantil e estagiários, para participarem do curso de extensão.

The image shows a screenshot of a Google Form titled "Informações de contato". The form includes the following fields and options:

- *Obrigatório** (Required)
- Endereço de e-mail *** (Required): Input field with placeholder "Seu e-mail".
- CPF**: Input field with placeholder "Sua resposta".
- Nome *** (Required): Input field with placeholder "Sua resposta".
- E-mail *** (Required): Input field with placeholder "Sua resposta".
- Endereço *** (Required): Input field with placeholder "Sua resposta".
- Número de telefone**: Input field with placeholder "Sua resposta".
- Envie-me uma cópia das minhas respostas.**
- ENVIAR** (Submit button)

O link de acesso disponibilizado para cadastramento foi <<https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSezsAqLtYlezhqShBRsVUjFkM7pCsshNGUd2U0tIDDN3DvmWg/viewform>>.

AS FORMAS DE COMUNICAÇÃO

As formas de comunicação com o grupo participante do Curso de extensão foram:



Grupo de *WhatsApp* (Aplicativo de mensagens instantâneas)

- Para avisos, orientações, notícias, compartilhamentos e outras informações relacionadas ao processo formativo;



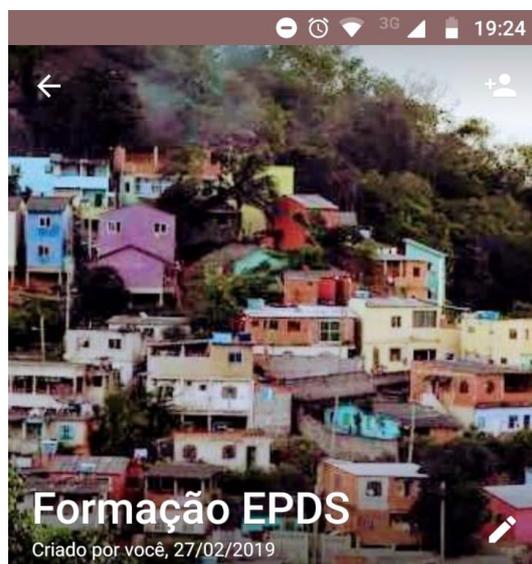
E-mail pessoal

- Cada participante recebia as atividades e o compartilhamento de materiais (*slides*, textos, entre outros) via *e-mail*;



E-mail do curso

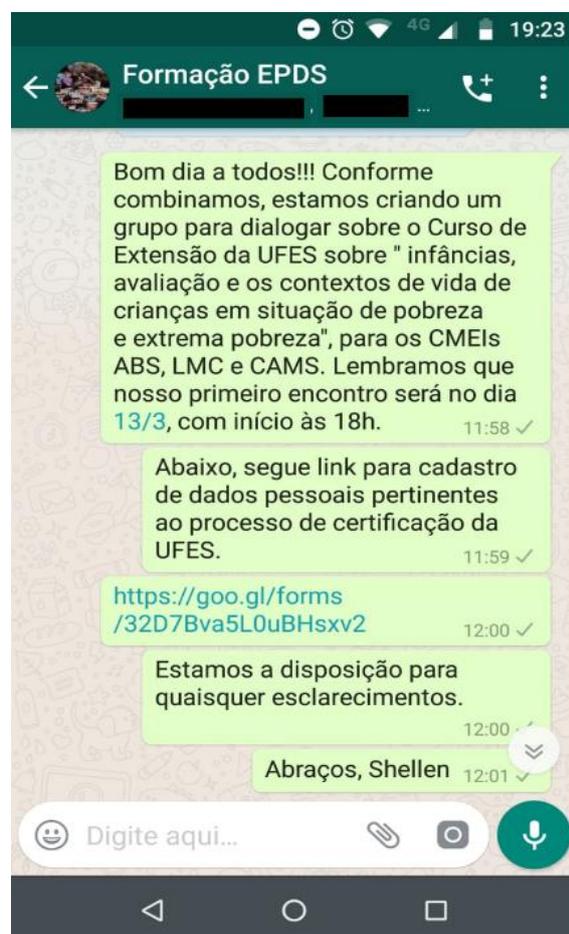
- Foi criado o *e-mail* infanciaepobreza@gmail.com, destinado a receber e encaminhar as atividades pertinentes a formação.



Adicionar descrição ao grupo

Mídia

5 >



UNIDADE I

Tema: Infância(s): entre memórias, legislações e concepções

Prof.^a Convidada: Dr.^a Sumika Soares de Freitas Hernandez-Piloto

Data do Encontro: 13/03/2019

Ementa: Questões históricas e sociais de reconhecimento da criança como sujeito de direitos e de implementação da educação infantil como primeira etapa da educação básica, traçando um panorama legislativo.

Objetivos: - Conhecer os processos históricos e sociais de lutas e movimentos que contribuíram para a consolidação do reconhecimento da criança como sujeito de direitos e da Educação Infantil como primeira etapa da educação básica;

- Compreender a concepção de infâncias, a partir das realidades socioculturais vividas pelas crianças em diferentes contextos;

- Conhecer as legislações vigentes sobre a Educação Infantil e o processo de implementação de políticas para essa etapa da educação, levando em consideração os pontos e contrapontos presentes nas mesmas.

Metodologia: Apresentação do vídeo “O menino e a árvore”, aula expositiva e dialogada sobre a temática.

Proposta Avaliativa: Responder a um questionário evidenciando o percurso profissional desde o ingresso no magistério até a escolha por atuar na Educação Infantil, bem como as relações com a pobreza na vida pessoal e profissional.

Referências e textos de apoio:

BRASIL. **Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm>. Acesso em: 20 out. 2018.

_____. **Resolução nº 05 de 20 de dezembro de 2009.** Dispõe sobre as diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2298-rceb005-09&category_slug=dezembro-2009-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 4 out. 2018.

HERNANDEZ-PILOTO, S.S.F. **(Des)Naturalizando a criança no cotidiano da Educação Infantil.** Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2008.

KRAMER, Sonia. O papel social da pré-escola. **Cadernos de Pesquisa.** São Paulo: Fundação Carlos Chagas, nº 58, 1986.

APRESENTAÇÃO DA UNIDADE I

DE QUE CONCEPÇÃO DE INFÂNCIA E DE CRIANÇA ESTAMOS FALANDO?

A Professora Dra. Sumika Hernandez-Piloto (2019) abordou as concepções de infância e de criança que foram sendo delineadas no curso histórico, trazendo perspectivas de ontem e de hoje.



Representação da infância em obras do artista Pablo Picasso. A esquerda, a obra "Menina com pomba", de 1901 e a direita, a obra "Maya e a boneca", de 1938.

No contexto atual, a infância é compreendida como uma construção social, presente no curso histórico da humanidade. Entende-se, também, que essa categoria está em constante mudança, como também a(s) sociedade(s) em que as crianças estão inseridas. Assim, considera-se as crianças como produtoras de cultura, porque significam, reinventam as experiências vividas, transformam a partir de seus modos próprios de compreender a cultura e a sociedade (HERNANDEZ-PILOTO, 2008).

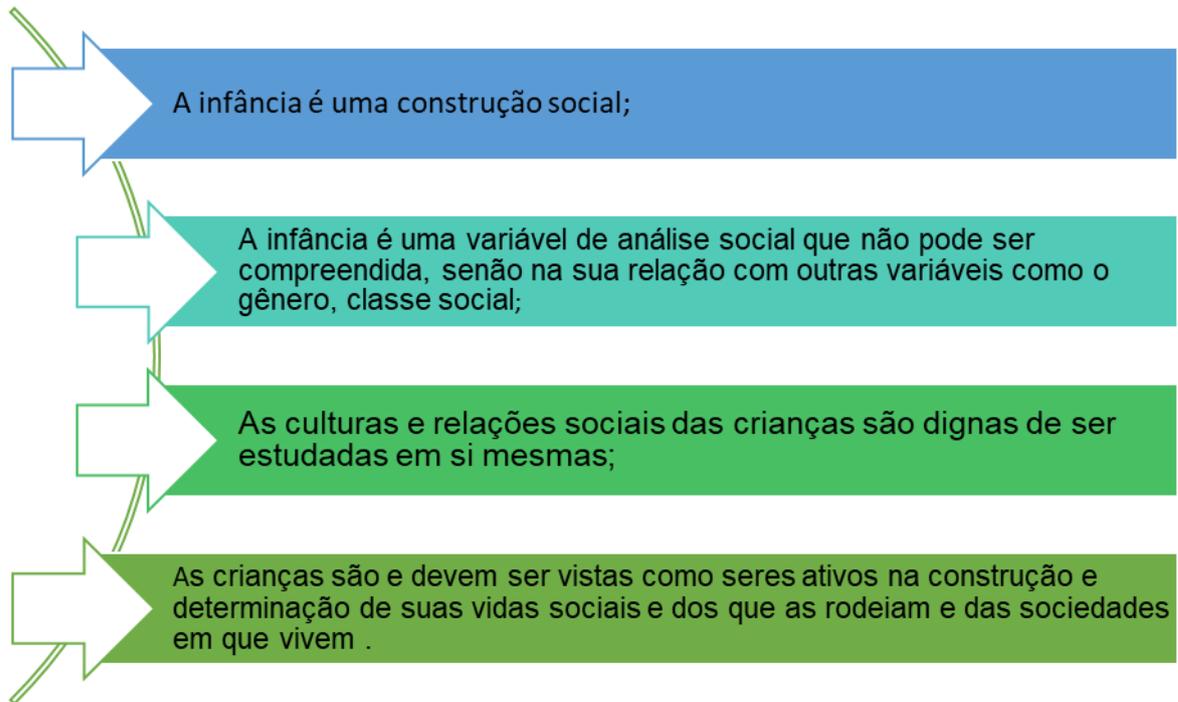
Assim, saliento que, durante um longo período da história, o entendimento que prevaleceu sobre a infância é que esta era uma fase entre o nascimento e a vida juvenil. Compreendia-se o bebê e as crianças pequenas a partir de uma perspectiva biológica, que exigia apenas cuidados relacionados à alimentação e à higiene (ÀRIES, 2011).



Fonte: www.google.com.br/infanciahoje. Acesso 20 mar. 2020.

O QUE SIGNIFICA INFÂNCIA, AFINAL?

Conforme James e Prout (1997, apud HERNANDEZ-PILOTO, 2008), a significação de infância assenta-se em alguns elementos fundamentais:



Vários estudos apontam sobre o desaparecimento da infância. No entanto, a concepção de infância atual, em sua pluralidade, também está em transição na sociedade que estamos vivendo.

Não é uma concepção que está fechada. Temos crianças de diferentes classes sociais, em diferentes situações de vida, em diferentes situações que envolvem o conhecimento [...] (HERNANDEZ-PILOTO, 2019).



Para aprofundar o estudo, sugiro a leitura da dissertação de Mestrado em Educação “(Des) Naturalizando a criança no cotidiano da Educação Infantil.” da Professora Sumika Soares de Freitas Hernandez-Piloto (2008).

HERNANDEZ-PILOTO, S.S.F. (Des) Naturalizando a criança no cotidiano da Educação Infantil. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Espírito Santo.

Vitória, 2008.

Vídeo: o menino e a árvore, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=N6uk5L3C_dA>.

POR QUE FALAR DE INFÂNCIAS?

Sarmiento (2007) auxilia-nos a compreender o conceito de infâncias que, a partir das contribuições das ciências sociais e humanas para a educação, possibilitou emergir, nas crianças, as diversas vivências/experiências de infância que se inter-relacionam a partir de múltiplas variações, tais como: "[...] classe social, grupo de pertença étnica ou nacional, a religião predominante, o nível de instrução da população [...]" (SARMENTO, 2007, p. 29).



Desse modo, é importante salientar que “[...] a infância é um conceito socialmente variável no espaço e no tempo, elaborado de acordo com os princípios culturais, políticos e econômicos que regem cada período histórico vivido pelo homem e que influenciam diretamente a forma como a própria sociedade concebe o que é ser criança” (VASCONCELLOS, 2007, p. 8).



Conceber a criança como sujeito de direito é reconhecê-la como artífice na construção de um mundo compartilhado no qual sua ação, sua palavra, sua cultura, sua história são respeitadas e ouvidas como síntese de uma experiência social, compartilhada, atravessada pela sua condição de classe, etnia, gênero etc. (ARAÚJO, 2005, p. 69).

Imagem: www.google.com.br/infanciahoje.

Acesso 20 mar. 2020.



Para aprofundar o estudo, sugiro a leitura do texto “Infância e Educação Inclusiva”, da Professora Vânia Carvalho de Araújo (UFES), e “Visibilidade Social e estudo da Infância”, de Manuel Sarmiento (Universidade do Minho).

ARAÚJO, V. C. Infância e Educação Inclusiva. *Perspectiva*, Florianópolis, v. 23, n. 01, p. 65-77, jan./jul. 2005. Disponível em: <<http://www.ced.ufsc.br/nucleos/nup/perspectiva.html>> Acesso em: 01 nov. 2018.

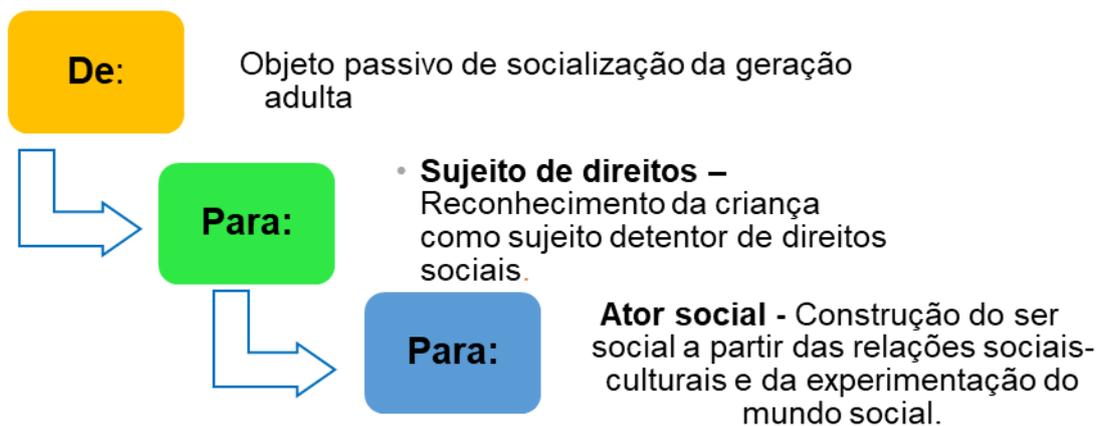
SARMENTO, M.J. Visibilidade social e estudo da infância. In: VASCONCELOS, V.M.R.; SARMENTO, M.J. (Org.). *Infância (in)visível*. Araraquara: J&M Martins, 2007.

DE QUAL CONCEPÇÃO DE CRIANÇA ESTAMOS DIALOGANDO?



Conceber a criança como “[...] ser social que ela é, significa considerar que ela tem uma história, que vive uma geografia, que pertence a uma classe social determinada, que estabelece relações definidas segundo seu contexto de origem, que apresenta uma linguagem decorrente das relações sociais e culturais estabelecidas, que ocupa um espaço que não é só geográfico, mas também de valor [...]” (KRAMER, 1986, p. 79).

Entende-se, portanto, que a concepção de criança passa...



Fonte: HERNANDEZ -PILOTO, S.S.F. Palestra, 2019.

Para Horn (2004), as crianças, ao interagirem com seus pares, realizam descobertas e aprendem que existem diversas maneiras de brincar, se relacionar, fantasiar. São fortemente influenciadas por esses coletivos com os quais estabelecem relacionamentos, criam laços de amizade e com os quais se comunicam, criando, assim, uma sociedade infantil.



Para aprofundar o estudo, sugiro a leitura do livro “Sabores, cores, sons, aromas: a organização dos espaços na Educação Infantil”, de Maria da Graça Souza Horn.

QUAIS CONCEPÇÕES ESTÃO PRESENTES NA LEGISLAÇÃO

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) apresentam as concepções de criança, educação Infantil, currículo e os princípios dessa etapa da educação (BRASIL, 2009).

Sendo:



Criança: “Sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura”.

Educação Infantil: Primeira etapa da educação básica, ofertada em “espaços institucionais não domésticos que constituem estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e cuidam de crianças de 0 a 5 anos de idade no período diurno, em jornada integral ou parcial, regulados e supervisionados por órgão competente do sistema de ensino e submetidos a controle social”.



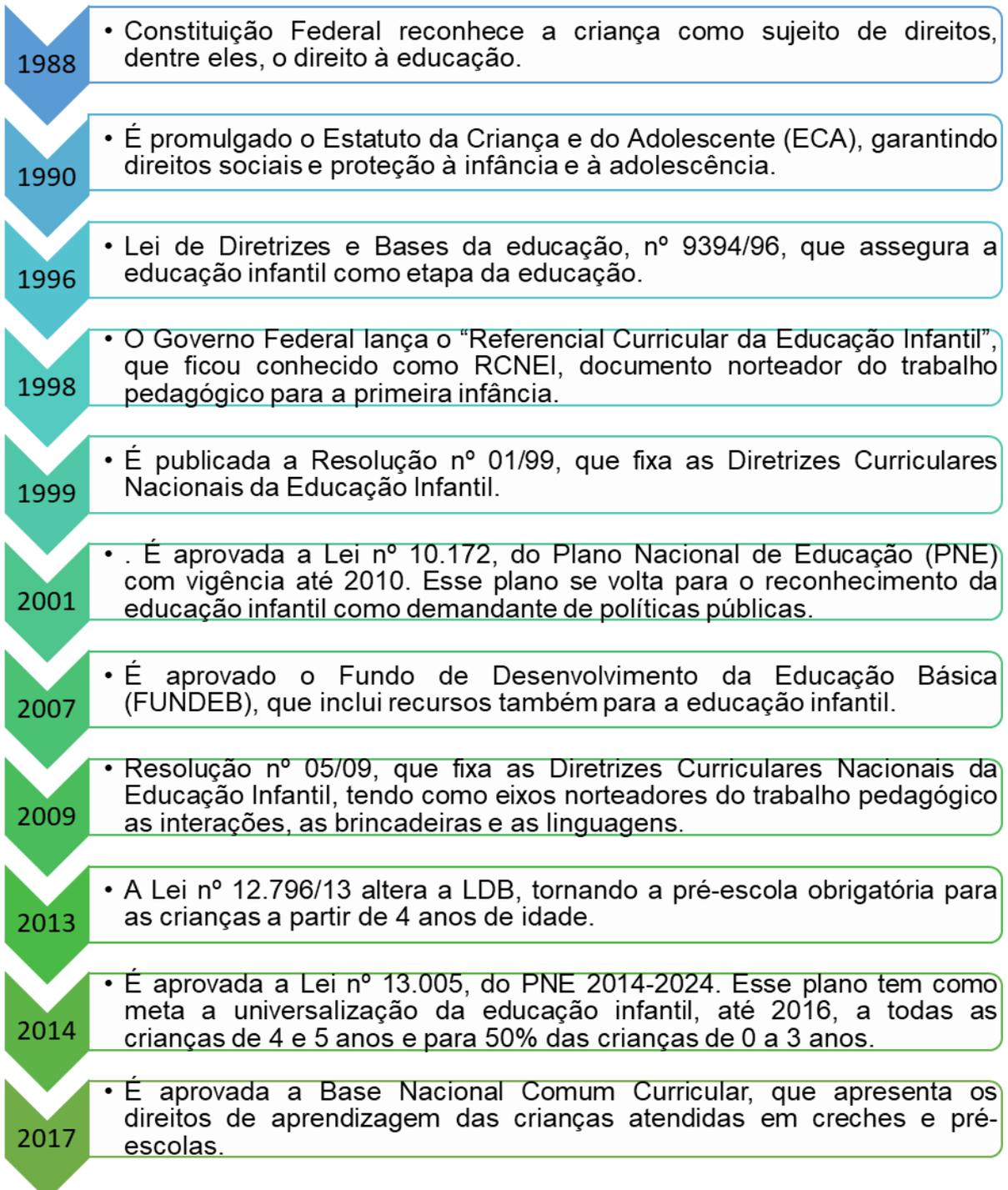
Currículo: Consiste “no conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, de modo a promover o desenvolvimento integral de crianças de 0 a 5 anos de idade”.

Os princípios: As propostas pedagógicas da educação infantil devem considerar “os princípios **éticos:** da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum, ao meio ambiente e às diferentes culturas, identidades e singularidades; **políticos:** dos direitos de cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática; **estéticos:** da sensibilidade, da criatividade, da ludicidade e da liberdade de expressão nas diferentes manifestações artísticas e culturais”.

Fonte: BRASIL. **Resolução nº 05 de 20 de dezembro de 2009.** Dispõe sobre as diretrizes curriculares nacionais para a Educação Infantil. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2298-rceb005-09&category_slug=dezembro-2009-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 4 out. 2018.

A CRIANÇA E A EDUCAÇÃO INFANTIL

A Constituição Federal de 1988 se constitui como o primeiro marco legal a reconhecer a infância e a educação como um direito garantido a todos os brasileiros. Desde a Carta Magna, alguns outros documentos legais foram sendo estabelecidos, no reconhecimento da criança como sujeito de direitos e da educação infantil como primeira etapa da educação básica.



UNIDADE II

Tema: Educação, pobreza e desigualdade social na perspectiva dos Direitos Humanos

Prof.^{as} Convidadas: Ms. Heloisa Ivone da Silva Carvalho e Esp. Keila Barbara Ribeiro da Silva

Data do Encontro: 03/04/2019

Ementa: Introdução conceitual sobre os Direitos Humanos. Direitos Humanos no Brasil a partir da Constituição Federal de 1988. A educação em Direitos Humanos no contexto do ensino infantil. A pobreza como negação de direitos e violação por parte do Estado.

Objetivos: - Conceituar o que são os Direitos Humanos;

- Identificar quais direitos são esses e como estão sendo garantidos ou negligenciados pelo Estado;
- Compreender o que é a pobreza e como essa condição está vinculada a não garantia de direitos básicos de vida;
- (Re) Conhecer qual o nosso papel enquanto Agente do Estado na garantia dos direitos humanos;
- Refletir sobre a educação como direito e como esse direito tem sido (se tem sido) garantido às crianças;
- Dialogar sobre como é possível pensar em práticas educativas-avaliativas que considerem os direitos das crianças, que vivem em condições marcadas por contradições sociais.

Metodologia:

- Aula expositiva e dialogada;
- Apresentação de audiovisual “O segredo”;
- Relato de Experiência do projeto “Pra sambar com a gente”.

Proposta Avaliativa: Elaborar um texto narrando a trajetória de vida na infância, o contexto social no qual viviam e as relações com as infâncias de hoje, no território em que atuam.

Referências e textos de apoio:

Assembleia Geral da ONU. (1948). **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Paris. Disponível em: <<http://www.un.org/en/universal-declaration-human-rights/>>. Acesso em 20 fev.2020.

BRASIL. Comitê Nacional de Direitos Humanos. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2009.

BAZÍLIO, L.C. KRAMER, S. **Infância, educação e direitos humanos**. São Paulo, Cortez, 2008.

COSTA, C.E.F. GUIMARÃES, D.N. **Direitos humanos e educação: diálogos interdisciplinares**. Rio de Janeiro: Brasil Multicultural, 2019.



APRESENTAÇÃO DA UNIDADE II

Por que falar de Educação, pobreza e desigualdade na perspectiva dos Direitos Humanos?



Declaração Universal dos Direitos Humanos

Em 10 de dezembro de 1948, após os horrores da Segunda Guerra Mundial, a Organização das Nações Unidas (ONU), com a participação de vários países, delineia a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), que garante os direitos universais a todos. Este documento marca um avanço histórico na promoção e garantia dos direitos humanos.

São direitos humanos fundamentais...

- Direito à vida;
- Direito à liberdade;
- Direito à segurança pessoal;
- Direito a constituir família;
- Direito a propriedade;
- Direito à liberdade de pensamento;
- Direito ao trabalho;
- Direito ao lazer;
- Direito à saúde;
- Direito à educação.



A professora Heloísa Carvalho (2019) descreve que os Direitos Humanos constituem o conjunto de direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e também ambientais, instituídos tanto no âmbito do indivíduo, como do coletivo, determinando a necessidade de igualdade e, ao mesmo tempo, de respeito às diferenças, em defesa da vida e da dignidade humana. Para ela, “a pobreza é a maior negação de todos os Direitos Humanos” (CARVALHO, 2019).

Os direitos no contexto brasileiro:

A Constituição Federal Brasileira, de 1988, afirma que:

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

- I - a soberania;
- II - a cidadania;
- III - a dignidade da pessoa humana;**
- IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;
- V - o pluralismo político.



Destaca ainda, no artigo 3º, que se constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

- I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;
- II - garantir o desenvolvimento nacional;
- III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;**
- IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Acresce-se, no art. 4º, que “A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios: independência nacional, **prevalência dos direitos humanos**, autodeterminação dos povos, não-intervenção, igualdade entre os estados; defesa da paz; solução pacífica dos conflitos, repúdio ao terrorismo e ao racismo, cooperação entre os povos para o progresso da humanidade e concessão de asilo político.



O Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos é um documento que visa concretizar o compromisso do Estado com a consolidação de políticas em Direitos Humanos, que efetivem a democracia, o desenvolvimento, a justiça social e a construção de uma cultura de paz.



Para saber mais, pesquise Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH) disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/2191-plano-nacional-pdf/file>>. Acesso em: 20 mar.2020.

Por que falar de Pobreza e Direitos Humanos?

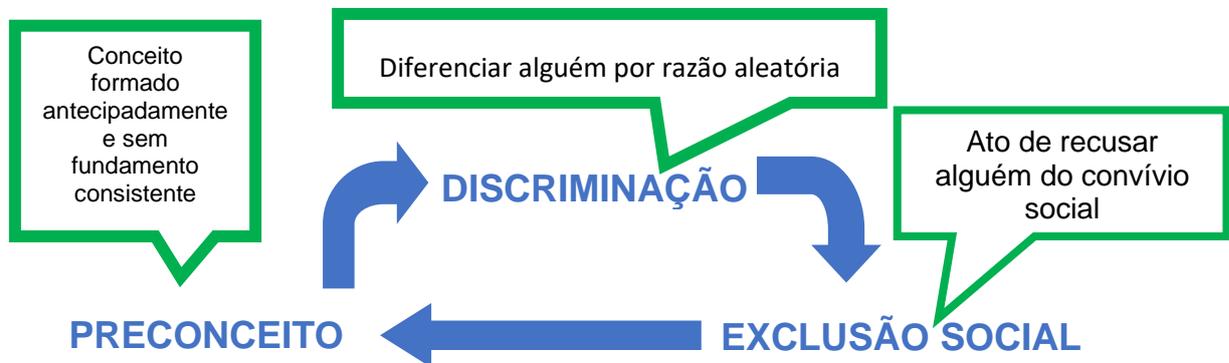
A persistência de cenas como a fome, a violência, o trabalho infantil, a condição de rua, a pobreza e a extrema pobreza demonstram que os **Direitos Humanos** não têm sido para todos.



Ao tratar da relação entre pobreza, desigualdade social e a negação de direitos, toma-se a concepção de pobreza apresentada por Yazbek (2012), em que a pobreza é vista como uma questão social, “como expressão direta das relações vigentes na sociedade, localizando a questão no âmbito de relações constitutivas de um padrão de desenvolvimento capitalista, extremamente desigual, em que convivem acumulação e miséria. Os ‘pobres’ são produtos dessas relações, que produzem a desigualdade no plano social, político, econômico e cultural, definindo para eles um lugar” (YAZBEK, 2012, p. 280, grifos do autor).

Fonte: Disponível em: www.google.com.br/pobreza.

Formas extremas de violação dos direitos Humanos se expressam na discriminação, na violência, na exclusão social e no extermínio, em função de uma condição do sujeito, seja de classe, étnico-racial, religiosa, por orientação sexual ou outra.



Fonte: CARVALHO, H.I. Palestra, 2019.



Para aprofundar o estudo, sugiro a leitura do texto “Pobreza extrema como violação de direitos humanos: da existência de um direito universal a não viver em condições indignas”, de Ana Paula Morais Galvão Pignataro e Yara Maria Pereira Gurgel. Disponível em: http://www.mprn.mp.br/revistaeletronicamprn/abrir_artigo.asp?cod=1069. Acesso em: 4 abr. 2020.

Infâncias, Educação, Pobreza e Direitos Humanos

É necessário ponderar que, quando falamos de pobreza no Brasil, conforme dados do IBGE, a partir do Sistema de Indicadores Sociais (SIS) de 2017, estamos considerando aproximadamente 54 milhões de brasileiros que vivem em condição de pobreza e extrema pobreza, dentre eles, milhares de crianças e adolescentes.



“Enfrentar a temática da ‘educação, pobreza e desigualdade social’ significa, assim, assumir um posicionamento político em relação à realidade vivida por milhões de crianças, jovens e adolescentes que, apesar de terem acesso à escola, não têm ainda garantidos seus direitos a uma educação voltada para suas necessidades e interesses” (ALVAREZ, apud GARCIA et al., 2017, s/p).

Considerando as infâncias e os contextos sociais de vida, Kramer e Basílio (2008) nos fazem algumas provocações: qual valor é dado a criança por diferentes pessoas, em diferentes classes e grupos sociais? Como trabalhar com crianças pequenas de maneira a considerar seu contexto de origem? Como assegurar que a educação cumpra seu papel social diante da heterogeneidade das populações infantis e das contradições da sociedade?

É preciso reconhecer as crianças como cidadãos – reconhecê-las como sujeitos de direitos, histórico-social, imersas em um contexto cultural. Por isso, é necessário refletir sobre as experiências vividas por elas em seus contextos;

Educar as crianças numa perspectiva de humanização, resgatando experiências educativas que fortaleçam o sentimento de pertença e identidade com um grupo social e cultural;

Exercitar a escuta com as crianças, o que elas têm a nos dizer, suas formas de manifestação, ao anunciar e enunciar outros modos de relação com o mundo;

Exige-nos enfrentar as desigualdades e educar as crianças contra a barbárie;



Para saber mais, leia o livro “Infâncias, Educação e Direitos Humanos” de Luiz Basílio e Sônia Kramer. In: BAZÍLIO, L.C. KRAMER, S. **Infância, educação e direitos humanos**. São Paulo, Cortez, 2008.

UNIDADE III

Tema: Educação, pobreza e desigualdade social: de que sujeitos estamos falando?

Prof.^a Convidada: Ms. Ana Maria Petronetto Serpa

Data do Encontro: 24/04/2019

Ementa: As infâncias em contextos empobrecidos e os reflexos dos programas de transferência de renda (PTR), em especial, o Programa Bolsa Família, como papel do Estado na garantia de direitos e de contribuição para a superação do ciclo intergeracional de pobreza.

Objetivos:

- Refletir sobre os processos históricos da pobreza, o que significa nascer e viver em condição de empobrecimento;
- Dialogar sobre os contextos empobrecidos e os impactos na vida das crianças.
- Compreender como os programas de transferência de renda têm contribuído para a superação do ciclo intergeracional de pobreza;
- Conhecer os programas de transferência de renda, em especial, o Programa Bolsa Família, as condicionalidades e reflexos na vida de diferentes grupos populacionais e o papel do Estado em garantir direitos aos cidadãos.

Metodologia: Aula expositiva e dialogada

Proposta Avaliativa: Elaborar texto dissertativo e analítico sobre a pobreza como fenômeno histórico e social, refletindo sobre o convívio diário em contextos sociais empobrecidos e sobre o papel desempenhado pelos PTR.

Referências e Textos de apoio:

REGO, W. PINZANI, A. Pobreza e Cidadania. In: BRASIL. Ministério da Educação. **Material Didático curso de especialização em Educação, Pobreza e desigualdade social**. Módulo I [Recurso eletrônico on-line]. Brasília, 2015. Disponível em: <<http://egpbf.mec.gov.br>> Acesso em: 10 out. 2018.

REGO, W. PINZANI, A. **Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania**. São Paulo: Unesp, 2014.

SPERANDIO, H.C. S. B. **Educação e pobreza: diálogos sobre a prática pedagógica e o currículo no ensino fundamental**. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação). Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Educação, 2019.

APRESENTAÇÃO DA UNIDADE III

A pobreza e os Programas de Transferência de Renda (PTR)

O que são os PTR?

São programas sociais de caráter federal, estadual ou municipal que visam à transferência direta de renda para pessoas e/ou famílias em condições de empobrecimento e vulnerabilidade social. No Brasil, os PTR têm como objetivo o enfrentamento da pobreza, da fome e o acesso à serviços sociais básicos, como saúde, educação e assistência social. Para ser beneficiário de algum PTR, é necessário realizar o cadastramento no CadÚnico.

O que é o CadÚnico?

O Cadastramento único, CadÚnico, é um sistema de informações, atualmente, regulamentado pela Portaria nº177, de 2011, do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). A referida portaria do MDS tem por objetivo definir os procedimentos de gestão do Cadastro Único. O cadastramento é o mecanismo necessário para que populações empobrecidas possam acessar diferentes programas do Governo Federal, dentre eles, o PBF.



O que é o Programa Bolsa Família?



O Programa Bolsa Família foi criado em 2003, por meio de uma Medida Provisória, e ratificado em 2004, a partir da lei 10.836/2004, atendendo a mais de 14 milhões de família em diferentes municípios brasileiros.

O contexto histórico do Programa Bolsa Família

O PBF surgiu a partir da unificação de outros cinco programas federais de transferência de renda mínima, quatro deles instituídos no governo anterior, do então presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB) – Programa Bolsa Escola (Lei nº 10.219/2001; Programa Bolsa Alimentação (Medida Provisória nº 2.206-1/2001); Cadastramento Único do Governo Federal (Decreto nº 3.877/2001); Programa Auxílio-Gás (Decreto nº 4.102/2002); e pelo Programa Nacional de Acesso à Alimentação (PNAA - Lei nº 10.689/2003), criado já no início da gestão do Partido dos Trabalhadores (PT).

Quem pode e como receber o PBF?

O benefício do PBF é definido com base em variáveis, considerando as situações específicas das famílias atendidas. É composto pelo benefício básico somado ao benefício variável: variável vinculado ao adolescente (BVJ); variável por nutriz ou gestante; e o benefício para a superação da extrema pobreza (BSP). Com o passar dos anos de gestão do PBF, os valores foram sendo alterados, em que, para o recebimento do benefício, as famílias devem estar cadastradas no CadÚnico, estando atualizado nos últimos 24 meses, e ter renda mensal por pessoa de até R\$89,00 (extrema pobreza) ou renda mensal por pessoa de R\$89,01 a R\$178,00 (pobreza), podendo haver acréscimo se também tiverem crianças ou adolescentes de 0 a 17 anos na composição familiar.



Conforme dados disponíveis no sítio virtual do Ministério da Cidadania, na cidade de Vitória, em outubro de 2019, “há **13.056 famílias** beneficiárias do Bolsa Família. Essas famílias equivalem, aproximadamente, a **10%** da população total do município, e inclui **8.830 famílias** que, sem o programa, estariam em condição de extrema pobreza” (BRASIL/ MDS, 2019).



Para aprofundar o estudo, consulte sobre o PBF no sítio virtual do Ministério da Cidadania. Disponível em: <<https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/bolsafamilia>>. Acesso em: 03 out. 2019.

O Programa Bolsa Família e outras políticas sociais: os impactos nos contextos empobrecidos...

Destaca-se a importância dos Programas de Transferência de Renda para as populações empobrecidas. Esses programas buscam fortalecer a renda, contribuir com a autonomia dos sujeitos empobrecidos e promover, a partir dos critérios de condicionalidade, o acesso a serviços públicos e a articulação de políticas públicas, tais como saúde, educação e assistência social, com a finalidade de superação do ciclo intergeracional da pobreza.



Com a condicionalidade educação, o PBF buscou oportunizar às crianças e adolescentes empobrecidos a garantia do direito à educação, no que concerne ao acesso e à permanência desses sujeitos nas escolas. Busca-se, ainda, garantir a qualidade da educação básica, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem (MDS, 2004).



Vale ressaltar que, desde a instituição do Programa Bolsa Família no cenário nacional, houve a redução em 95% da mortalidade infantil de crianças entre 0 e 5 anos, como também a diminuição dos índices de hospitalização das crianças dessa mesma faixa etária, o que indica avanços na melhoria da qualidade de vida e, conseqüentemente, da saúde, das populações infantis no país (REGO; PINZANI, 2014).



Conforme relatório produzido pelas Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), o Brasil, entre os anos de 2002 a 2013, reduziu em 82% o número de brasileiros em situação de subalimentação.



Para aprofundar o estudo, sugiro a leitura do livro “Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania”, de Walquíria Leão Rego e Alessandro Pinzani.

UNIDADE IV

Tema: Infâncias e Territórios

Prof.^a Convidada: Ms. Izabella Costa Santiago

Data do Encontro: 22/05/2019

Ementa: O processo de periferização nos centros urbanos, ocasionado pelo capitalismo, e os territórios empobrecidos como espaços onde há pouca ou nenhuma atuação do Estado, sendo, portanto, marginalizados, excluídos socialmente. Novas possibilidades de se pensar os territórios se constituem como espaços potencialmente educativos e de busca identitária para as crianças, fortalecendo o conceito de cidadania, a partir da articulação de políticas públicas intersetoriais.

Objetivos:

- Compreender os processos de periferização e a pobreza urbana;
- Conceituar território e a atuação do Estado;
- Identificar mecanismos/ meios que provocam a exclusão e a marginalização social desses bairros periféricos;
- Conhecer práticas educativas que fortaleçam esses territórios como espaços de pertença social e busca identitária;
- Refletir sobre como esses espaços podem ser potencialmente educativos.

Metodologia:

- Aula expositiva e dialogada;
- Apresentação do documentário Minha Casa, minha Janela. Janela Periférica
- Relato de experiência do projeto educativo em território da comunidade de Jesus de Nazareth, em Vitória-ES.

Proposta Avaliativa: Elaborar um texto individual, narrando, a partir de suas experiências e perspectivas, como é o território em que atua: as condições de pobreza, vulnerabilidade e exclusão social. Refletir sobre as relações estabelecidas com os territórios, como as crianças se referem a esses espaços e quais possibilidades educativas podem ser pensadas para eles.

Referências e Textos de apoio:

ARROYO, M. Algumas questões sobre educação e enfrentamento da pobreza no Brasil (Miguel G. Arroyo entrevistado por Ana Maria Alves Saraiva). **Em Aberto**,

Brasília, v. 30, n. 99, p. 147-158, maio/ago. 2017. Disponível em: <http://rbep.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/3253/pdf>. Acesso em 13 de março de 2019.

CHISTÉ, P.S. SGARBI, A.D. Cidade Educativa: reflexões sobre educação, cidadania, escola e formação humana. **Debates em educação científica e tecnológica** [revista eletrônica], v.5, n.4, p.84-114, dez/2015.

ENTREVISTA COM Miguel Arroyo. **Direção:** Educação & Participação, 2017. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=zs__dIEMq6U&t=50s>. Acesso em: 2 abr. 2019.

MINHA CASA, MINHA JANELA. **Direção:** Coletivo Janela Periférica. Curitiba, 2013. Disponível em < https://www.youtube.com/watch?v=Gel--U9_RRg>. Acesso em: 28 abr. 2019.

SANTOS, A.P. S, POLIDORI, M.C. PERES, M.O. SARAIVA, M.V. O lugar dos pobres nas cidades: exploração teórica sobre periferização e pobreza na produção do espaço urbano Latino-americano. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, 2017, set/dez, n 9, p. 430-442.

APRESENTAÇÃO DA UNIDADE IV

Infâncias e Territórios



Foto: Autora. Mar.2019.

Que olhares as escolas têm direcionado aos territórios empobrecidos?
Como as escolas têm considerado a pobreza em suas práticas educativas-avaliativas?

O que são territórios?

Território é compreendido como um espaço delimitado onde um grupo de pessoas ou um governo exerce o poder/controla, como por exemplo os territórios indígenas dentro do território brasileiro.

Ampliamos esse conceito, entendendo o território a partir da relação **chão + identidade**, conceito apresentado pelo geógrafo Milton Santos (2001, p.96-97), em que “[...] o território é o chão e mais a população, isto é uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre as quais ele influi. Quando se fala em território deve-se, pois, de logo, entender que está falando em território usado, utilizado por uma população”.

Territórios marcados pela pobreza e extrema pobreza

Considerando o contexto urbano, destaco que as cidades brasileiras foram sendo delineadas a partir da segregação socioespacial que ocorre por meio da detenção econômica e de propriedade. Essa segregação social e



territorial produz relações desiguais entre os “possuidores” de bens e os que não os têm, ou seja, as cidades foram, historicamente, no curso de sua organização social, constituindo-se como espaços de demarcação da pobreza e da riqueza, que sinalizam como o processo de urbanização também está ligado à precarização dos serviços públicos e estruturais para as populações mais empobrecidas (SOARES, 2009; SANTOS et al., 2017). Conforme os autores, se caracterizam como elementos de formação de áreas empobrecidas nas periferias urbanas:

- 1- Crescimento urbano;
- 2- Diferenciação e segregação socioespacial e, conseqüentemente, a exclusão social;
- 3- Novas formas de segregação/exclusão a partir do crescimento urbano contemporâneo;
- 4- Segregação Urbana a partir da produção capitalista: pelo mercado imobiliário; pelo mercado de trabalho; pela divisão do Estado: governança x interesses globais;
- 5- Condições desiguais de uso das oportunidades espaciais oferecidas pela cidade, vinculando-se a exclusão territorial à exclusão social e econômica.

Fonte: SANTOS et al., 2017.

Para Soares (2009, p. 84), “a pobreza urbana tem formas próprias de manifestação e concentração na *urbe* contemporânea, e sempre se mostra associada à desigualdade do desenvolvimento econômico, que exclui uma grande parcela da população”. Entende-se que a **exclusão social** está muito além da condição econômica e da ausência de renda ou acesso ao mercado de trabalho.

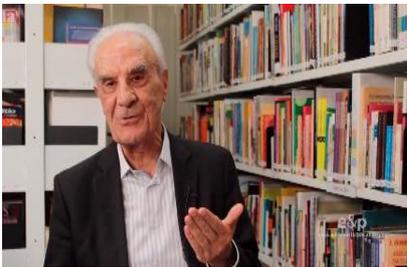


Para aprofundar um pouco mais os estudos sobre territórios e pobreza urbana, ver: SANTOS, A.P.S, POLIDORI, M.C. PERES, M.O. SARAIVA, M.V. O lugar dos pobres nas cidades: exploração teórica sobre periferização e pobreza na produção do espaço urbano Latino-americano. Revista Brasileira de Gestão Urbana, 2017, set/dez, n 9, p. 430-442.

Por que levar em conta o território com espaço educativo?

Arroyo (2017, p. 151) nos ajuda a compreender que “a luta por escola é uma luta por territórios de justiça”, fazendo-nos entender como a pobreza desumaniza os sujeitos e como esses processos de desumanização chegam às escolas.

- ▶ A exclusão social faz-se presente no cotidiano da população e no espaço urbano em função da manutenção do sistema capitalista;
- ▶ A dinâmica baseia-se na inclusão x exclusão social, racial, territorial;
- ▶ A pobreza é uma forma de opressão que rouba a humanidade;
- ▶ Como pensar a escola como esses espaços de humanização? A escola como espaço de cidadania.



Para compreender um pouco mais sobre o Território como espaço educativo, assista ao vídeo com o professor Miguel Arroyo, disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=zs__dIEMq6U&t=50s.

Fonte: <https://aliancapelaeducacao.com.br>. Acesso em 20 mar. 2020.

Como pensar a educação em contextos empobrecidos...

Se compreendemos que os territórios são fundamentais na tratativa dos direitos, é necessário pensá-los como espaços potencialmente educativos, demarcados pelas relações sociais, culturais, afetivas, históricas que neles estão incorporadas e que possibilitam o desenvolvimento do sentimento de pertença e construção de identidade coletiva de crianças. Assim, o território e a cidade ensinam e se transformam em possibilidades educativas, contribuindo para o desenvolvimento integral das crianças da Educação Infantil.



Ver: ARROYO, M. Algumas questões sobre educação e enfrentamento da pobreza no Brasil (Miguel G. Arroyo entrevistado por Ana Maria Alves Saraiva). Em Aberto. Brasília, v. 30, n. 99, p. 147-158, maio/ago. 2017. Disponível em: <http://rbep.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/3253/pdf>. Acesso em: 13 de mar. 2019.

Direcionando olhares para os territórios empobrecidos...



Para que as realidades socioculturais de crianças, adolescentes, jovens e adultos sejam consideradas pelas escolas, torna-se fundamental outras formas de pensar os processos de aprendizagem desses sujeitos e, conseqüentemente, de “ensinagem” elaborados pelos profissionais da educação, que considerem

as necessidades, interesses desses sujeitos e suas vivências da pobreza, afirmando o papel da escola como espaço de humanização e de exercício da cidadania.

Fundamentando-me no pensamento de Freire (2007), de que a cidade é espaço potencialmente educativo, compreendo a importância de considerar os territórios empobrecidos e as realidades sociais como espaços de constituição da(s) identidade(s) e pertencimento daqueles que habitam e trabalham. Ao problematizar os contextos empobrecidos nos espaços escolares, aponto possibilidades de romper com os muros da escola, direcionando olhares para as trajetórias reais de vida dessas crianças e articulando ações de integração bairro-escola.

Relato de experiência em territórios periféricos a partir da dissertação de mestrado **REFAZER O CAMINHO DA HISTÓRIA LOCAL: uma possibilidade de ensino a partir da parceria “Escola & Comunidade”**, da Professora Izabella Santiago, cujo “objetivo foi desencadear uma ação educativa que promovesse a **identidade cultural dos moradores do bairro** através das atividades **desenvolvidas na comunidade a partir da Escola**, realizando o **resgate das memórias e coletânea de materiais diversos que revelem os fatos históricos da comunidade”**.



Imagem: SANTIAGO, I.C. Palestra, 2019.



Assista também ao web documentário “minha casa, minha janela”, realizado a partir da educomunicação, com crianças que moram na comunidade Moradias Zimbros, localizada na periferia de Curitiba. Nesse material, são evidenciadas as concepções de infância, de escola e de periferias, utilizando a educomunicação como estratégia para direcionar olhares para esses territórios socialmente marginalizados. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Gel-U9_RRg&t=24s>.

Fonte: JANELA periférica. Documentário: minha casa, minha janela. Curitiba, 2012.

UNIDADE V

Tema: Educação, pobreza e desigualdade social: a relação com a avaliação da aprendizagem

Prof.^a Convidada: Ms. Maria Nilceia de Andrade Vieira

Data do Encontro: 05/06/2019

Ementa: A avaliação da aprendizagem na primeira etapa da educação básica, a partir das especificidades existentes nas legislações, e o caráter diferenciado de todas as outras etapas de ensino. A avaliação da aprendizagem na Educação Infantil como um instrumento forte, classificatório e seletivo desde a infância, reproduzindo práticas excludentes.

Objetivos:

- Compreender a avaliação da aprendizagem na Educação Infantil a partir do contexto histórico e da legislação;
- Analisar os pressupostos da avaliação da aprendizagem na Educação Infantil no município de Vitória;
- Identificar como as subjetividades infantis estão presentes, ou não, nos relatórios avaliativos;

Metodologia:

- Aula expositiva e dialogada;
- Dinâmica;
- Vídeos: avaliar é uma arte, o ponto avaliar.

Proposta Avaliativa: Elaborar um texto reflexivo sobre a avaliação da aprendizagem na Educação Infantil, levando em consideração os critérios, metodologias e instrumentos utilizados para o registro dos processos avaliativos.

Referências e Textos de apoio:

ESTEBAN, M. T. **O que sabe quem erra.** Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

GODOI, E. G. **Avaliação na Educação Infantil:** um encontro com a realidade. 3.ed. Porto Alegre: Mediação, 2010.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação e Educação Infantil:** um olhar sensível e reflexivo sobre a criança. Porto Alegre: Mediação, 2012.

APRESENTAÇÃO DA UNIDADE V

Educação, pobreza e desigualdade social: a relação com a avaliação da aprendizagem

A avaliação está associada, no imaginário social, a um mecanismo de mensurar as aprendizagens. Nos contextos escolares, essa prática, alinhada ao exercício de testes, provas, exames, tornou-se um instrumento seletivo de crianças, adolescentes, jovens e adultos, classificando-os – a partir de um modelo idealizado a ser alcançado – entre os que sabem, e aqueles que não alcançam os resultados estereotipados (ESTEBAN, 2006).

Para refletir...



Fonte: Quino, 1993. Disponível em: <<https://baudoluizinho.blogspot.com/2011/01/esse-manolito.html>>. Acesso em: 30 mar. 2020.

Como tem sido concebida a avaliação da aprendizagem no contexto da Educação Infantil? O que avaliamos? Quem? Como? Por quê?

A avaliação na Educação Infantil: algumas concepções

A avaliação da aprendizagem na Educação Infantil está presente na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e foi alterada com a Lei nº 12.796/2013.

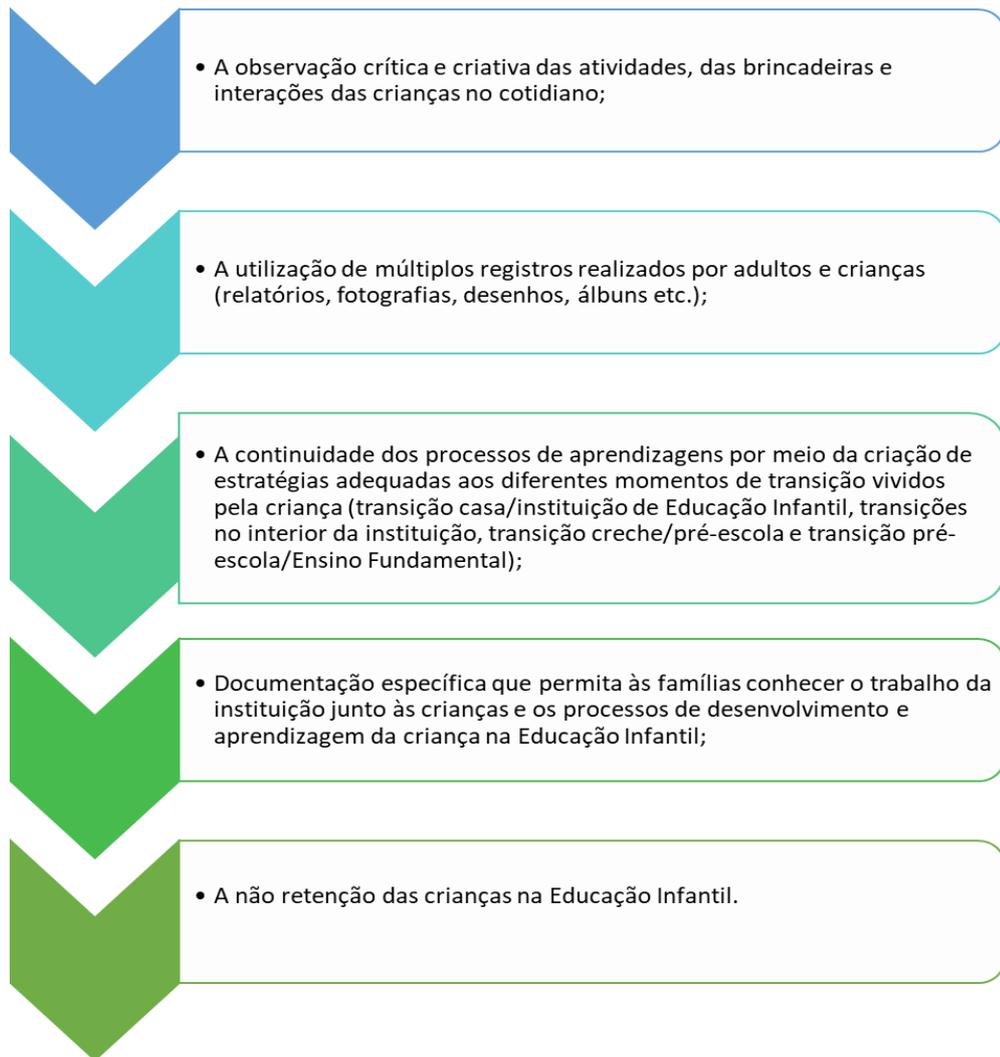
Art. 31. A Educação Infantil será organizada de acordo com as seguintes regras comuns:

- I - Avaliação mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental; [...]
- IV - Controle de frequência pela instituição de educação pré-escolar, exigida a frequência mínima de 60% (sessenta por cento) do total de horas;
- V - Expedição de documentação que permita atestar os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança. (NR)



Concepção de avaliação da aprendizagem na DCNEI

As instituições de educação infantil devem criar procedimentos para acompanhamento do trabalho pedagógico e para avaliação do desenvolvimento das crianças, sem objetivo de seleção, promoção ou classificação, garantindo:



Mas no que consiste o ato de avaliar? Como avaliar na Educação Infantil?



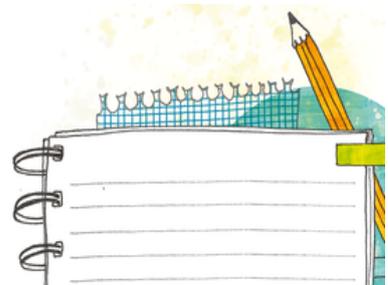
Qual o ponto ao avaliar? É somativo? É diagnóstico? É formativo? Para pensar um pouco mais sobre o sentido da avaliação, assista ao vídeo “o ponto ao avaliar”, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=caIzn6ypn0s>.

O que é a avaliação mediadora?

Para Hoffmann (2012), a avaliação requer a organização de procedimentos próprios do fazer pedagógico junto às crianças, o que envolve a compreensão processual educativa: o planejamento, a ação pedagógica e as relações entre os elementos – crianças, adultos, objetos, meio, conhecimentos prévios, questionamentos, desdobramentos – presentes na proposição educativa.



A avaliação mediadora, que vem sendo desenvolvida pela autora desde 1981, consiste no papel mediador a ser adotado pelo(a) professor(a). Para Hoffmann (2012), é necessária a organização de um cenário educativo para que a avaliação mediadora aconteça. Esse cenário envolve os processos de observar, refletir e agir, que não são estanques, ocorrem de forma contínua na dinâmica escolar e em diferentes momentos.



O que significa que, com base nas observações individuais das crianças e reflexões do(a) docente sobre o que viu, é possível pensar e planejar ações pedagógicas que sejam mais desafiadoras, proporcionando às crianças a construção de novos conhecimentos.

Hoffmann (2012) afirma que **dois princípios norteiam a compreensão da avaliação mediadora**: o **primeiro** é o **princípio da individualização**, que atende as especificidades individuais de cada criança, seus tempos, desejos e necessidades individuais; e o **segundo** é o **princípio da mediação**, traçando estratégias para que o coletivo de crianças possa ampliar suas experiências e se desenvolver em todas as áreas do conhecimento.



Para saber um pouco mais sobre a avaliação mediadora pensada pela autora – concepções e metodologias – assista o vídeo da professora Jussara Hoffmann, disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=RWgqJVBpUQg>>.

UNIDADE VI

Tema: Avaliação na Educação Infantil: formas de documentação pedagógica

Prof.^a Convidada: Ms. Maria Nilceia de Andrade Vieira

Data do Encontro: 26/06/2019

Ementa: A avaliação da aprendizagem na Educação Infantil, analisando as práticas de registro existentes e os critérios utilizados pelos profissionais para compor os relatórios descritivos. A avaliação da aprendizagem e a produção da documentação pedagógica em escolas situadas nos territórios empobrecidos.

Objetivos:

- Dialogar sobre o que são os relatórios descritivos e se/como têm considerado as subjetividades infantis;
- Identificar quais critérios e instrumentos têm sido utilizados para compor a escrita dos relatórios e os percursos avaliativos das crianças;
- Analisar como os diferentes registros têm contribuído para que os profissionais direcionem olhares aos contextos sociais empobrecidos das crianças.

Metodologia:

- Aula expositiva e dialogada;
- Análise em grupos de relatórios descritivos.

Proposta Avaliativa: Elaborar um texto evidenciando a prática educativa-avaliativa a partir dos instrumentos, critérios e metodologias utilizadas na Educação Infantil, relacionando-a aos contextos sociais das crianças.

Referências e Textos de apoio:

ARROYO, M.G. *Imagens quebradas: trajetórias e tempos de alunos e mestres*. Rio de Janeiro: Vozes, 2019.

CERON, L. FILHO, G.A.J. Registro e documentação pedagógica na Educação Infantil. IN: ALBUQUERQUE, S.S. FELIPE, J. CORSO, L.V (org.). **Para pensar a Educação Infantil em tempos de retrocessos: lutamos pela Educação Infantil** [Recurso on-line]. Porto Alegre: Evangraf, 2017.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação e Educação Infantil: um olhar sensível e reflexivo sobre a criança**. Porto Alegre: Mediação, 2012.

MELLO, S. A. BARBOSA, M.C.S. FARIA, A.L.G (Orgs.). **Documentação pedagógica: teoria e prática**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2017.

APRESENTAÇÃO DA UNIDADE VI

Avaliação na Educação Infantil: formas de documentação pedagógica

Fundamentando-me nas discussões propostas por Hoffmann (2012), compreendo que, ao adotar, no contexto da educação infantil, uma proposição de avaliação mediadora da aprendizagem, os registros de avaliação devem ser consistentes, cabendo ao docente atribuir-se de “[...] anotações frequentes sobre o cotidiano de cada criança, de modo a subsidiar, permanentemente, o trabalho junto a ela, desvelando caminhos ao professor no sentido de planejar melhores estratégias de aprendizagem” (HOFFMANN, 2012, p.64-65).



“[...] o tempo é senhor de delicadezas, e desafios, e novidades constantes e intermináveis. [...] Sobre caminhos, caminhar e destinos: que o chegar não é mais valioso que a andança; que o encontro é precioso” (GERHARDT, 2014).

O curta “Caminhando com Tim Tim” narra os momentos de descoberta de uma criança, pensando que o mais importante é o processo e não o resultado. Momento oportuno para refletir sobre infâncias e avaliação.

Disponível em:

<<https://www.youtube.com/watch?v=UU5-hkBH2rw>>. Acesso em: 7 abr. 2020.

Pensando a avaliação mediadora da aprendizagem

“Se acreditarmos que as crianças possuem as suas próprias teorias, interpretações e questionamentos, que são protagonistas do seu processo de socialização nos espaços culturais em que vivem e que constroem culturas e conhecimentos, então, os verbos mais importantes na prática educativa não serão mais ‘falar’, ‘explicar’ ou ‘transmitir’, mas ‘ouvir’, ‘compreender’, ‘divergir’, ‘dialogar’, ‘traduzir’ e ‘formular novos conhecimentos’. Escutar significa estar aberto aos outros, compreender e construir um diálogo, acolher as diferenças e propor unidades flexíveis” (BARBOSA, 2007, p. 1078).



Ler: BARBOSA, M.C.S. **Culturas Escolares, Culturas de Infância e Culturas Familiares**: as socializações e a escolarização no entretecer destas culturas. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a2028100.pdf>>. Acesso em: 06 de mar. de 2020.

Sistematizando formas de documentação pedagógica

As práticas de documentação pedagógica se iniciam nas escolas de ensino infantil na cidade italiana de Reggio Emilia. Abordando essa concepção italiana, as autoras Mello, Barbosa e Faria (2017) apontam que a documentação pedagógica cumpre o papel de apoiar e sistematizar o acompanhamento da vida das crianças, constituindo um acervo pedagógico significativo e de potencial reflexivo sobre os processos educativos.

A documentação consiste nas múltiplas formas de registrar as ações, produções e interações das crianças e dos diferentes sujeitos que fazem parte desse processo: famílias, profissionais da escola, as crianças, as formas como entram em relação com os espaços e as experiências que são oportunizadas a elas, considerando-as protagonistas nesse processo.

Ceron e Junqueira Filho (2017) também destacam a importância da documentação pedagógica na educação infantil, enfatizando o uso de diferentes formas de registro,

tais como: **diários de campo, anedotários, formulários de acompanhamento diário do professor**, que consistem em registros elaborados pelos docentes sobre as observações das crianças nas interações com o meio, com outras crianças, com os adultos. Já os **portfólios** são a apresentação de registros desenvolvidas pela criança e do(a) professor(a) e, por fim, acrescentam outras estratégias mais recentes, como **gravações de áudio, fotografias, exposições, produção de audiovisuais**, de momentos vivenciados no contexto escolar, que levem em consideração as manifestações e a participação das crianças nas proposições feitas.

Imagem: VIEIRA, M.N.A. Palestra. Vitória, 2019a.

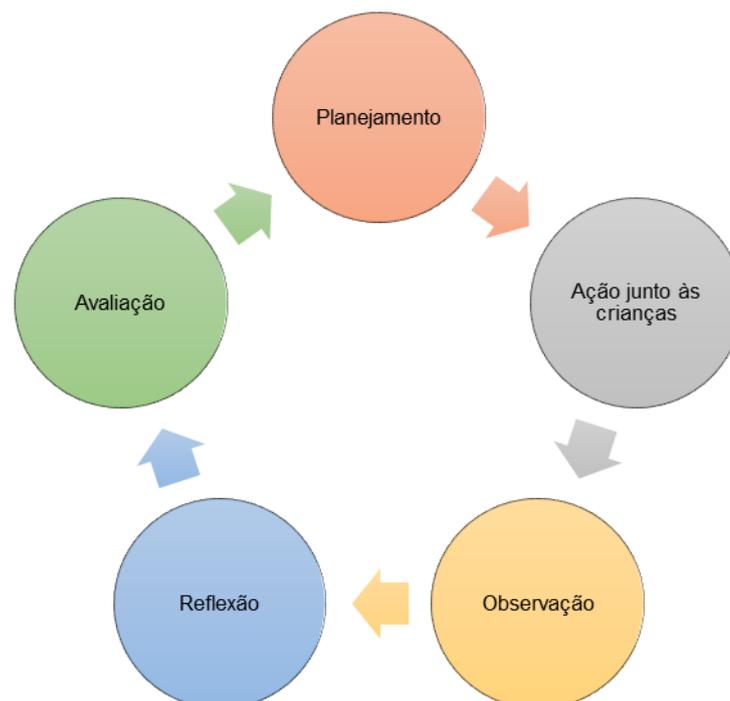


Os registros como forma de potencializar o processo de ação-reflexão sobre o trabalho docente

Entendendo que a avaliação da aprendizagem na Educação Infantil acontece de forma contínua, é preciso salientar que essa prática exige a sistematização de documentos e diferentes registros. São esses instrumentos, tais como anotações, fotografias, produções das crianças, que contribuem para a elaboração do relatório descritivo, trazendo elementos pertinentes à individualidade e ao processo de desenvolvimento e aprendizagem de cada criança, como também para se pensar as práticas educativas desenvolvidas pelo(a) professor(a).

Para que a avaliação mediadora se efetive na Educação Infantil, é fundamental que os profissionais compreendam a importância de revisitar os registros avaliativos para compor os planejamentos, as novas práticas educativas e para a seleção de novas ações. Entendo que as práticas educativas-avaliativas são indissociáveis, podendo ser sistematizadas a partir de um movimento cíclico, que articula o planejamento, as ações junto às crianças, a observação, a reflexão e, por fim, a avaliação. A figura abaixo representa esse movimento cíclico e dinâmico que incide sobre o trabalho do(a) professor(a) da Educação Infantil.

Sistematização das práticas educativas-avaliativas no contexto da educação infantil



Fonte: Sistematizado pela autora, 2020.

UNIDADE VII

Tema: Avaliação da Aprendizagem na Educação Infantil e pobreza: diálogos tecidos a partir da análise de relatórios e das experiências vividas.

Prof.^a Convidada: Dr.^a Renata Duarte Simões

Data do Encontro: 03/07/2019

Ementa: Os processos educativos-avaliativos e os contextos sociais de vida de crianças em condição de pobreza e extrema pobreza. A (re)produção de práticas excludentes e classificatórias desde a infância.

Objetivos:

- Analisar os relatórios descritivos que vêm sendo produzidos na Educação Infantil e evidenciar pontos e contrapontos relacionados à produção textual e às concepções presentes no relatório.;
- Compreender quais as concepções de infância, educação, criança estão presentes nesses relatórios;
- Identificar se/como os relatórios têm considerado os contextos de vida das crianças em condição de pobreza e extrema pobreza;
- Refletir, junto ao coletivo, quais posicionamentos políticos e pedagógicos são necessários ao profissional da Educação Infantil para se pensar as infâncias e as realidades socioculturais e como elas impactam nos contextos escolares;
- Direcionar olhares para as práticas educativas-avaliativas, de modo a considerar a escola inclusiva para todos.

Metodologia:

- Apresentação das análises realizadas pelos grupos sobre os relatórios descritivos;
- Roda de conversa sobre os relatórios e as experiências vividas com as infâncias em contextos empobrecidos;
- Apresentação e diálogo sobre o vídeo “Ciço”.

Proposta Avaliativa: Realizar uma avaliação sobre as aprendizagens decorrentes da formação “Infâncias, avaliação e os contextos de vida de crianças em situação de pobreza e extrema pobreza”, refletindo sobre as práticas educativas-avaliativas e sobre uma educação/escola que inclua a todos.

Referências:

ARROYO, M.G. **Imagens quebradas: trajetórias e tempos de alunos e mestres.** Rio de Janeiro: Vozes, 2019.

CASTRO, J.S. SOUZA, F. Z. As interfaces da Avaliação na Educação Infantil. **Revista Zero-a-seis.** v.19, n.36, p.478-492. Jul-dez, 2017.

CIÇO. Adaptação da entrevista do lavrador Antônio Cícero de Sousa, o Ciço, concedida a Carlos Rodrigues Brandão no sul de Minas Gerais. In: BRASIL. Ministério da Educação. Material Didático curso de especialização em Educação, Pobreza e desigualdade social. **Módulo III** [Recurso eletrônico on-line]. Brasília, 2015. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=gGEw3DPZsg8>>. Acesso em: 20 jun.2019.

ESTEBAN, M. T. **O que sabe quem erra.** Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

GODOI, E. G. **Avaliação na Educação Infantil: um encontro com a realidade.** 3.ed. Porto Alegre: Mediação, 2010.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação e Educação Infantil: um olhar sensível e reflexivo sobre a criança.** Porto Alegre: Mediação, 2012.

APRESENTAÇÃO DA UNIDADE VII

Avaliação da Aprendizagem na Educação Infantil e Pobreza: diálogos tecidos a partir da análise de relatórios e das experiências vividas

O último encontro se constituiu como uma oportunidade para direcionar olhares às práticas educativas-avaliativas, de modo que os profissionais pensassem sobre como a avaliação da aprendizagem tem se configurado na educação infantil e como tem considerado os contextos sociais de vida das crianças. Assim, foi possível dialogar com o coletivo sobre as proposições de avaliação em contextos empobrecidos, haja vista que os Cmei da pesquisa estão imersos em territórios marcados pela pobreza e extrema pobreza.

Relatórios de Avaliação X Pareceres Descritivos

Ao analisar as produções textuais dos relatórios avaliativos, foi possível identificar, a partir das observações dos participantes, alguns pontos importantes:



- Os relatórios não levam em consideração a participação da criança;
- Os textos apresentam termos classificatórios, tais como: sabe/não sabe; ainda não faz; é bom/boa; é/não é satisfatório;
- Os registros não evidenciam as mediações docentes realizadas junto às crianças;
- Ainda não se constitui como uma prática o uso da documentação pedagógica;
- Os processos avaliativos não têm considerado a participação das famílias;
- As práticas de avaliação não têm sido consideradas nos processos de transição das crianças;
- Existem fragilidades quanto à concepção de infância e de currículo que fundamentam a prática avaliativa na Educação Infantil;
- Os relatórios apresentam um olhar para o domínio de conteúdos e habilidades;
- A avaliação tem desconsiderado os contextos de vida das crianças;

Essas observações realizadas pelos profissionais me dão a ler a proximidade que esses relatórios têm com os “pareceres descritivos”, apontados por Hoffmann (2012), que são provenientes da “ambiguidade ou superficialidade de informações” que estão presentes nesses registros de aprendizagem de crianças da Educação Infantil, assinalando o pouco conhecimento sobre as crianças e a pouca profundidade sobre as ações pedagógicas desenvolvidas.

É um relatório informativo...

É um relatório informativo, ele informa sobre a criança, ele não descreve. Ele dá informações de aspectos dessa criança dentro de um processo de aprendizagem, mas quando você lê, você não consegue se transportar para um ambiente de aprendizagem, você não consegue imaginar por onde [a criança] passou, o que ela vivenciou, [não há] nenhuma experiência por esse relato (PEDAGOGA, 2019).

Práticas classificatórias na Educação Infantil?

Arroyo (2019) destaca que as avaliações, de caráter classificatório, produzem uma lógica perversa de exclusão dos sujeitos, enfatizando que essas práticas estão por muito tempo impregnadas na cultura escolar. O autor enfatiza a necessidade de se respeitar os tempos humanos das crianças, pensando a educação pública e com qualidade. Para que essas práticas sejam superadas, Arroyo afirma que é preciso atentar-se a 3 aspectos relacionados às práticas educativas-avaliativas:



- 1º Identificar quais práticas classificatórias acontecem nas escolas;



- 2º identificar o mal-estar – seja para as crianças, para os profissionais ou para as famílias – que essas práticas provocam;



- 3º Confrontar esses modos de pensar e agir, produzindo coletivamente novos ideais e valores, mais justos, democráticos e igualitários a todos.

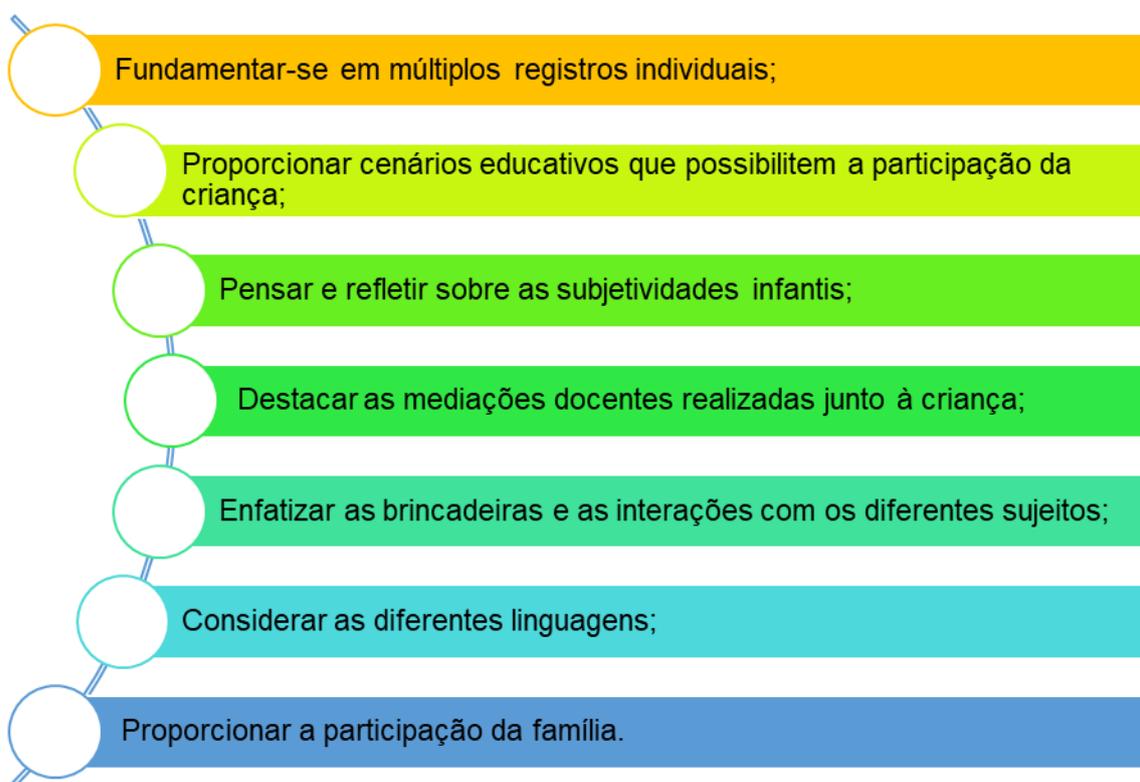
Imagens: Jornal Pensar a Educação, 2020. Sistematizado pela autora.

Como pensar em relatórios individuais que considerem a(s) realidade(s) social(s) e cultural(s) da criança?

Os relatórios descritivos e os múltiplos registros se configuram como documentos fundamentais para se conhecer os contextos plurais de vida das crianças, que muito contribuem para pensar as práticas educativas que considerem essas realidades sociais e culturais tão diversas.

Hoje é uma demanda educacional: a gente precisa relacionar os saberes sistematizados com o mundo da criança [...] pensar como a gente vai dialogar com o mundo da criança, [porque] a criança não vive só o mundo da escola” (SIMÕES, 2019).

Com base nos apontamentos dos profissionais sobre a análise dos relatórios, destaco que as avaliações necessitam de subsídios para serem elaboradas. A escuta, a observação atenta e os registros sobre as crianças, em diferentes momentos, contribuem para conhecer as infâncias e as realidades vividas por elas, consolidando o acompanhamento de percursos de aprendizagem na Educação Infantil que visem ao desenvolvimento das crianças e não à exclusão. Assim, considerou-se os seguintes aspectos para a elaboração dos relatórios descritivos:



A CRIAÇÃO DO CANAL YOUTUBE

Como parte deste produto educacional, foram elaborados 3 pequenos vídeos que apresentam os conceitos abordados pela pesquisa de forma didática, recorrendo a um recurso midiático e visual. O objetivo, ao produzir esse material, é de potencializar o debate sobre a avaliação da aprendizagem e os contextos de pobreza e extrema pobreza nos quais milhares de crianças brasileiras estão imersas.

Utilizando o recurso do aplicativo *stopmotion*, elaborei os vídeos a partir do desenho infantil e de fotografias em série, produzindo pequenos movimentos, o que tornou possível criar os “curtas”. Assim, o trabalho ficou organizado a partir das categorias de análise desta investigação: Infâncias, Avaliação da Aprendizagem na Educação Infantil e Pobreza.

Para que esses vídeos fossem disponibilizados para consulta e para que também possam ser usados em momentos formativos, rodas de conversa e afins, optei por criar um canal por meio do sítio virtual **Youtube**, denominado “**Infâncias e Pobreza**”, em que, a partir do uso do link disponível, seja possível assistir e compartilhar com outras pessoas.



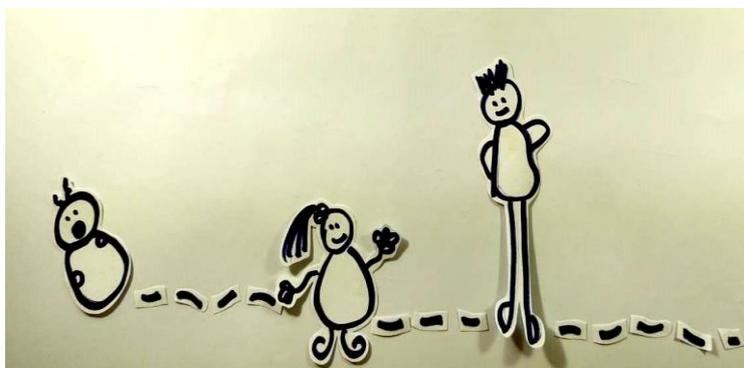
O que é a pobreza?

Nesse vídeo destaco como a pobreza está presente de forma estereotipada no imaginário social e, contrapondo-me a essa concepção, apresento esse fenômeno como resultado de processos históricos e sociais, agravado pelo sistema econômico capitalista. Portanto,

ênfatico que para a superação do ciclo da pobreza é necessária a articulação de políticas públicas que fortaleçam os coletivos empobrecidos e proporcionem

mudanças sociais, garantindo-lhes direitos e condições mais dignas de vida. Disponível em: <<https://youtu.be/v6dtW7yLd-E>>. Criado em: 17 maio 2020.

O que é a infância?



No referido “curta”, abordo o conceito de infância como categoria geracional, presente no curso histórico da humanidade. Por outro lado, destaco o conceito

de infâncias, no plural, enfatizando as múltiplas formas de viver essa etapa da vida, em decorrência das relações sociais e culturais existentes nas quais as crianças vivem. Assim, destaco as infâncias empobrecidas, uma vez que, as crianças em condição de pobreza e extrema pobreza também são sujeitos histórico-sociais que devem ter direitos garantidos. Disponível em: <<https://youtu.be/JFix4rS3zaw>>. Criado em: 17 maio 2020.

O que é avaliação?

A avaliação tem se consolidado como um mecanismo de mensurar as aprendizagens dos sujeitos. Nos contextos escolares, evidencio que práticas classificatórias têm acontecido desde a infância. Em



contrapartida, tenho afirmado a importância da avaliação mediadora na Educação Infantil, que busca por meio de diferentes formas de registro, compreender os percursos de aprendizagem das crianças. Destaco, ainda, a necessidade dessa prática avaliativa considerar os contextos sociais nos quais as crianças estão inseridas, os saberes e as experiências que possuem, oportunizando o desenvolvimento desses sujeitos e não a exclusão. Disponível em: <https://youtu.be/QnsilAQ_r4Q>. Criado em: 17 maio 2020.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Durante a realização do curso de extensão “Infâncias, avaliação e os contextos de vida de crianças em condição de pobreza e extrema pobreza”, observei o interesse dos profissionais, sendo que, a cada encontro, notava-se mais o envolvimento nos debates com os professores convidados, trazendo questionamentos e relatos de experiências vividas no cotidiano da educação infantil.

Notei também, que a formação oportunizou, ao coletivo de profissionais que atuam na educação infantil de Vitória, a aproximação com a temática da educação, pobreza e desigualdade social, que mesmo sendo tão presente nas realidades das instituições de ensino, ainda não tem sido contemplada e problematizada nos espaços de formação inicial, continuada e em serviço. Ressalto, ainda, a oportunidade de diálogo com a Universidade e com profissionais do campo da pesquisa acadêmica e dos movimentos sociais, o possibilitou ampliar os horizontes, entendendo as questões relacionadas ao contexto escolar para além do espaço físico da escola, como também no campo político-social-econômico.

Dentre os diferentes pontos elencados durante a formação, observei que os memoriais trouxeram as proximidades de vida pessoal e profissional e a relação com contextos empobrecidos. Além disso, os profissionais enfatizaram que o debate sobre os Direitos Humanos agregou novos conhecimentos, possibilitando compreender a violação de direitos e o papel do Estado na garantia desses direitos. Destacaram ainda, a compreensão da educação como direito a ser garantido a todos e que a pobreza se constitui como um fenômeno histórico-social e multifacetado, que afeta milhares de pessoas, dentre elas, as crianças que estão nas instituições de ensino.

Os profissionais também tiveram a possibilidade de direcionar olhares para os territórios, compreendendo-os como espaços potencialmente educativos, em que as crianças estabelecem relações de identidade e pertença com as

comunidades. E, por fim, refletiram sobre a importância da avaliação da aprendizagem como um instrumento que possibilita olhar a criança a partir de suas singularidades, levando em consideração os saberes e contextos sociais, tornando-se urgente repensar as práticas de ensino e de avaliação na educação infantil.

Identifiquei que, no debate sobre a avaliação da aprendizagem houve maior envolvimento e participação dos profissionais nos diálogos propostos, por estarem intimamente ligados à essa tarefa, ressaltando que os debates aconteciam no mesmo período que os professores estavam elaborando as avaliações descritivas, o que possibilitou o exercício da reflexão sobre os registros avaliativos e as problematizações realizadas durante a formação, acerca dos contextos sociais empobrecidos de vida das crianças desses Cmei.

Entendo que, os encontros realizados com os diferentes profissionais que atuam na Educação Infantil – diretores, pedagogos, professores, dinamizadores, assistentes de Educação Infantil e estagiários – proporcionou ampliar o debate no campo acadêmico sobre as práticas educativas-avaliativas para a primeira infância e os contextos sociais de vida das crianças que chegam às instituições de ensino, acentuando a importância da temática pobreza enquanto categoria de análise nos diálogos formativos educacionais.

REFERÊNCIAS

ALVAREZ, L. Prefácio. In: GARCIA, A.V. [et al.] (Org.). Reflexões sobre a pobreza concepções, enfrentamentos e contradições (Recurso eletrônico on-line). **Educação, Pobreza e Desigualdade social**. Florianópolis: NUP/CED/UFSC, v. 1, 1. ed., 2017.

ARAÚJO, V.C. **Criança**: do reino da necessidade ao reino da liberdade. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 1994.

ARAÚJO, V.C. Infância e Educação Inclusiva. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 23, n. 01, p. 65-77, jan./jul. 2005. Disponível em: <<http://www.ced.ufsc.br/nucleos/nup/perspectiva.html>>. Acesso em: 01 nov. 2018.

ARROYO, M.G. Os coletivos empobrecidos repolitizam os currículos. In: SACRISTAN, J.G. (Org.). **Saberes e incertezas sobre o currículo**. Porto Alegre: Penso, 2013a.

ARROYO, M.G. **Outros Sujeitos, outras pedagogias**. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

ARROYO, M.G. **Currículo**: território em Disputa. Rio de Janeiro: Vozes, 2013b.

ARROYO, M.G. Pobreza, Desigualdades e Educação. In: BRASIL. Ministério da Educação. Material Didático curso de especialização em Educação, Pobreza e desigualdade social. **Módulo Introdutório** [Recurso eletrônico on-line]. Brasília, 2015. Disponível em: <<http://egpbf.mec.gov.br>> Acesso em: 10 out. 2018.

ARROYO, M.G. **Imagens Quebradas**. Rio de Janeiro: Vozes, 2019.

BARBIER, R. **A pesquisa-Ação**. Brasília: Liber Livro Editora, 2007.

BARBOSA, M.C.S. **Culturas Escolares, Culturas de Infância e Culturas Familiares**: as socializações e a escolarização no entretecer destas culturas. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a2028100.pdf>>. Acesso em: 06 mar. de 2020.

BAZÍLIO, L.C. KRAMER, S. **Infância, educação e direitos humanos**. São Paulo, Cortez, 2008.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm>. Acesso em: 20 out. 2018.

BRASIL. **Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm>. Acesso em: 20 out. 2018.

BRASIL. **Lei nº 12.796, de 04 de abril de 2013.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12796.htm>. Acesso em: 20 maio 2019.

BRASIL. **Lei n.13.005, de 25 de junho de 2014.** Diário Oficial da União, Brasília, DF., 26 jun. 2014. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm>. Acesso em: 20 out. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros nacionais de qualidade para a Educação Infantil.** Brasília, 2006. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Educinf/eduinfparqualvol1.pdf>>. Acesso em: 05 jan. de 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parecer CEB/CNE nº 20 de 09 de dezembro de 2009.** Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil. Brasília: Conselho Nacional de Educação, Câmara de Educação Básica, 11 nov. 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/pceb020_09.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2018.

BRASIL. **Resolução nº 05 de 20 de dezembro de 2009.** Dispõe sobre as diretrizes curriculares nacionais para a Educação Infantil. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2298-rceb005-09&category_slug=dezembro-2009-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 4 out. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica.** Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

BRASIL. Ministério da Cidadania. Secretaria Nacional de Renda e Cidadania. **Bolsa Família e Cadastro Único no seu Município - Vitória/ES.** 2019. Disponível em: <<https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/bolsafamilia/relatorio-resumido.html>>. Acesso em: 03 out. 2019.

BRASIL. Comitê Nacional de Direitos Humanos. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos.** Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2009. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/2191-plano-nacional-pdf/file>>. Acesso em: 5 abr. 2020.

CAMINHANDO com Tim Tim. **Direção:** GERHARDT, G. EXPINHO, T. São Paulo, 2014.4:29. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=UU5-hkBH2rw>>. Acesso em: 7 abr. 2020.

CARARO, M.F. **O programa mais educação e suas interfaces com outros programas sociais federais no combate à pobreza e à vulnerabilidade social: intenções e tensões.** Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2015.

CARVALHO, H.I. Educação, pobreza e desigualdade social na perspectiva dos Direitos Humanos. **Curso de Extensão: Infâncias, avaliação e os contextos de vida de crianças em condição de pobreza e extrema pobreza.** Palestra. Vitória, 2019.

CERON, L. FILHO, G.A.J. Registro e documentação pedagógica na Educação Infantil. In: ALBUQUERQUE, S.S. FELIPE, J. CORSO, L.V (Org). **Para pensar a Educação Infantil em tempos de retrocessos: lutamos pela Educação Infantil** [Recurso on-line]. Porto Alegre: Evangraf, 2017.

CHISTÉ, P.S. SGARBI, A.D. Cidade Educativa: reflexões sobre educação, cidadania, escola e formação humana. **Debates em educação científica e tecnológica** [revista eletrônica], v.5, n.4, p.84-114, dez. 2015.

CIÇO. Adaptação da entrevista do lavrador Antônio Cícero de Sousa, o Ciço, concedida a Carlos Rodrigues Brandão no sul de Minas Gerais. In: BRASIL. Ministério da Educação. Material Didático curso de especialização em Educação, Pobreza e desigualdade social. **Módulo III** [Recurso eletrônico on-line]. Brasília, 2015. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=gGEw3DPZsg8>>. Acesso 20 jun. 2019.

COSTA, C.E.F. GUIMARÃES, D.N. **Direitos humanos e educação: diálogos interdisciplinares.** Rio de Janeiro: Brasil Multicultural, 2019.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. Assembleia Geral das Nações Unidas em Paris. 10 dez.1948. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/direitoshumanos/declaracao/>>. Acesso em: 10 jan. 2020.

ENTREVISTA com Miguel Arroyo. **Direção: Educação & Participação,** 2017. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=zs__dIEMq6U&t=50s>. Acesso em: 2 abr. 2019.

ESTEBAN, M.T. **O que sabe quem erra.** Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

FREIRE, P. **Política e educação.** São Paulo: Vila das Letras, 2007.

GODOI, E.G. **Avaliação na Educação Infantil: um encontro com a realidade.** Porto Alegre: Mediação, 3 ed., 2010.

HERNANDEZ-PILOTO, S.S.F. **(Des)Naturalizando a criança no cotidiano da Educação Infantil.** Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2008.

HERNANDEZ-PILOTO, S.S.F. Infância (s): entre memórias, legislações e concepções. **Curso de Extensão Infâncias, avaliação e os contextos de**

vida de crianças em condição de pobreza e extrema pobreza. Palestra. Vitória, 2019.

HOFFMANN, J. **Avaliação e Educação Infantil:** um olhar sensível e reflexivo sobre a criança. Porto Alegre: Mediação, 2012.

HOFFMANN, J. **Avaliação Mediadora.** Porto Alegre, Mediação. 2017. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=RWgqJVBpUQg>>. Acesso em: 20 jun. 2019.

HORN, M.G.S. **Sabores, cores, sons, aromas:** a organização dos espaços na Educação Infantil. Artmed, Porto Alegre, 2004.

KRAMER, S. O papel social da pré-escola. **Cadernos de Pesquisa.** São Paulo: Fundação Carlos Chagas, nº 58, 1986.

MELLO, S. A. BARBOSA, M.C.S. FARIA, A.L.G (Org.). **Documentação pedagógica:** teoria e prática. São Carlos: Pedro & João Editores, 2017.

Minha casa, minha janela. **Direção:** Coletivo Janela Periférica. Curitiba, 2013. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Gel--U9_RRg>. Acesso em: 28 abr. 2019.

O Menino e a árvore. Licenciado para o Youtube por Times Music India; Broadcast Music Inc [et.al.]. India, 2011. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=N6uk5L3C_dA>. Acesso em: 10 mar. 2019.

CASTADELLI, G.A. **O ponto a avaliar.** 2008. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=-Qpq3dRXthE>>. Acesso em: 02 jun. 2019.

PIGNATARO, A.P.M.G. GURGEL, Y.M.P. Pobreza extrema como violação de direitos humanos: da existência de um direito universal a não viver em condições indignas. Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte. **Revista Eletrônica Jurídico-Institucional** (Recurso eletrônico on-line). Rio Grande do Norte, ano 4, n.2, jul./dez. 2014. Disponível em: <http://www.mprn.mp.br/revistaeletronicamprn/abrir_artigo.asp?cod=1069>. Acesso em: 1 mar. 2020.

REGO, W. PINZANI, A. Pobreza e Cidadania. In: BRASIL. Ministério da Educação. **Material Didático curso de especialização em Educação, Pobreza e desigualdade social.** Módulo I [Recurso eletrônico on-line]. Brasília, 2015. Disponível em: <<http://egpbf.mec.gov.br>> Acesso em: 10 out. 2018.

REGO, W. PINZANI, A. **Vozes do Bolsa Família:** autonomia, dinheiro e cidadania. São Paulo: Unesp, 2014.

SANTIAGO, I.C. Territórios e Infâncias. **Curso de Extensão Infâncias, avaliação e os contextos de vida de crianças em condição de pobreza e extrema pobreza.** Palestra. Vitória, 2019.

SANTIAGO, I.C. **Refazer o caminho da história local**: uma possibilidade de ensino a partir da parceria “Escola & Comunidade”. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de Humanidades). Instituto Federal do Espírito Santo. Vitória, 2018.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro, Record, 2001.

SANTOS, A.P. POLIDORI, M.C. PERES, O. M. SARAIVA, M. V. O lugar dos pobres nas cidades: exploração teórica sobre periferização e pobreza na produção do espaço urbano Latino-americano. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, set./dez., p. 430-442, 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/urbe/v9n3/2175-3369-urbe-2175-3369009003AO04.pdf>>. Acesso em: 28 abr. 2019.

SARMENTO, M.J. Visibilidade social e estudo da infância. In: VASCONCELOS, V.M.R.; SARMENTO, M.J. (Org.). **Infância (in)visível**. Araraquara: J&M Martins, 2007.

SIMÕES, R.D. Os impactos da pobreza na educação escolar. **Jornal Pensar a Educação em Pauta**, Faculdade de Educação - UFMG, v. 184, p. 1 - 1, 24 nov. 2017. Disponível em: <<https://pensaraeducacao.com.br/pensaraeducacaoempauta/os-impactos-da-pobreza-na-educacao-escolar/>>. Acesso em: 23 jun. 2019.

SIMÕES, R.D. Avaliação da Aprendizagem na Educação Infantil e pobreza: diálogos tecidos a partir da análise de relatórios e das experiências vividas. **Curso de Extensão Infâncias, avaliação e os contextos de vida de crianças em condição de pobreza e extrema pobreza. Palestra**. Vitória, 2019.

SPERANDIO, H.C. S. B. **Educação e pobreza**: diálogos sobre a prática pedagógica e o currículo no ensino fundamental. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação). Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Educação, 2019.

VASCONCELOS, V.M.R.; SARMENTO, M.J. (Org.). **Infância (in)visível**. Araraquara: J&M Martins, 2007.

VIEIRA, M.N.A. Educação, pobreza e desigualdade social: a relação com a avaliação da aprendizagem. **Curso de Extensão: Infâncias, avaliação e os contextos de vida de crianças em condição de pobreza e extrema pobreza. Palestra**. Vitória, 2019a.

VIEIRA, M.N.A. Avaliação na Educação Infantil: formas de documentação pedagógica. **Curso de Extensão: Infâncias, avaliação e os contextos de vida de crianças em condição de pobreza e extrema pobreza. Palestra**. Vitória, 2019b.

YAZBEK, M.C. Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 110, p. 288-322, abr./jun. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-66282012000200005&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 13 fev. 2020.